

casca

3

379.24

MOVIMENTO DE  
EDUCAÇÃO DE  
BASE - MEB

R E L A T Ó R I O P R E L I M I N A R  
D E 1 9 6 5

JANEIRO DE 1966

## A P R E S E N T A Ç Ã O

Tendo em vista a vasta área de atuação do MEB localizada principalmente em regiões de comunicação deficiente, pode-se constatar a impossibilidade de se reunir todos os dados necessários a um relatório geral um mês após findo o ano. Além disso, sendo o MEB um movimento educativo, os resultados de sua ação devem receber uma análise detalhada, sob o enfoque de seus objetivos e das metas previstas para o exercício, o que também é impraticável neste prazo.

Desta maneira, o presente relatório, não pretende examinar todas as atividades e os resultados alcançados no trabalho do MEB em 1965. Este relatório é apenas um levantamento preliminar das atividades do movimento em plano nacional.

Rio de Janeiro, janeiro de 1966.

## 1. POLÍTICA DE TRABALHO

Tomando-se como base o melhor atendimento possível às áreas atingidas e levando-se em conta os condicionamentos financeiros a que o Movimento estava sujeito, foi estabelecida uma Política de Trabalho que, aproveitando tãda a experiência adquirida, alcançasse os objetivos propostos, com contenção de despesas.

Em resumo, a Política de Trabalho do MEB, em 1965, seguiu as seguintes linhas-mestras:

- . Concentrar esforços num aperfeiçoamento de métodos e do pessoal, caminhando para a maior produtividade possível, dentro das características de cada Sistema.
- . Procurar manter, com os mesmos recursos, o maior volume de trabalho até hoje atingido em cada Sistema.
- . Concentrar em áreas prioritárias seus esforços de aperfeiçoamento e aprofundamento de ação. Cada Sistema deveria rever seu plano de trabalho, com o cuidado de não restringir em demasia suas atividades, selecionar as áreas de atuação, de acôrdo com os critérios estabelecidos, e escolher, entre elas, aquelas nas quais fôsse prioritário realizar o trabalho em 1965, mantendo-se um atendimento mínimo às outras já atingidas.
- . Não criar novos Sistemas, nem reabrir aquêles que, por qualquer motivo, não estejam funcionando.
- . Redistribuir o material e o equipamento, a fim de obter seu melhor aproveitamento.
- . Orientar cada vez mais o trabalho para as comunidades, preparando-as para assumir, progressivamente, seu próprio desenvolvimento.

Foi ainda levada em consideração a possibilidade de firmar convênios em âmbito estadual, e de rever os já existentes.

## 2. ÁREA DE ATUAÇÃO

Seguindo o plano de trabalho para 1965, que tinha como meta manter sòmente as áreas de trabalho já atingidas, o MEB continuou o atendimento a 15 unidades da federação já atingidas no ano anterior, ou seja: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Como a simples menção dos Estados onde atua não oferece uma visão precisa da dimensão do trabalho, damos, no anexo nº 1, a relação dos 54 Sistemas de Edu-

cação de Base que funcionaram êste ano, distribuídos pelas 15 unidades da federação já citadas. O Sistema é a unidade de funcionamento do MEB. Cada Sistema, através de uma equipe local, planeja, executa e coordena um projeto de educação de base, em sua área específica.

Em 1964, os 54 Sistemas atingiam 550 municípios. Em 1965, buscando uma atuação cada vez mais consequente e pressionado também pela insuficiência dos recursos financeiros, o MEB sentiu a necessidade de concentrar o trabalho em algumas áreas selecionadas, embora não tenha deixado de atender, na medida do possível, às comunidades já atingidas. Essas áreas foram escolhidas segundo critérios de prioridade que atendiam ao propósito de rentabilidade maior do esforço despendido, em cada região e à possibilidade real de equipes de trabalho reduzidas em disponibilidades de pessoal e recursos para supervisão, treinamentos, equipamento etc. Não se abriram novas áreas de trabalho (nenhum Sistema foi aberto ou reiniciado), mas manteve-se, como ponto básico, o atendimento ao trabalho em toda a área anteriormente atingida, embora com formas diferentes de atuação, conforme a prioridade determinada. As razões fundamentais de não se abandonar áreas prèviamente atingidas foram o respeito à população anteriormente motivada e confiante em nosso trabalho, a necessidade de um mínimo de continuidade no trabalho educativo e a esperança de que breve se pudesse retomar o ritmo normal de atividades.

### 3. RECURSOS FINANCEIROS

O MEB recebeu, de janeiro a abril de 1965, Cr\$ 181.995.200 restantes do convênio de 1964. Em virtude desse fato, foi possível um funcionamento regular nos primeiros meses do ano. No orçamento da União para o exercício de 1965, estava prevista para o MEB a dotação de Cr\$ 1.000 milhões que foi cortada para Cr\$ 800 milhões. Somente em 21 de julho de 1965 foi assinado o Convênio com o Ministério de Educação e Cultura e liberada a verba para o exercício de 1965/66. Tentou-se, ao fim do exercício financeiro, obter-se do Ministério de Educação e Cultura a liberação de Cr\$ 200 milhões retidos em virtude do plano de economia, sem sucesso, entretanto. (Ver anexo nº 2).

A demora na assinatura do convênio ocasionou a paralização dos trabalhos durante três meses, com consequências sérias, pois a ação educativa exige continuidade. Embora a verba fornecida pelo exercício de 1964 possibilitasse o desenvolvimento de um plano de trabalho nos meses de maio de 64 a abril de 65, ainda foi possível, com o regime de contenção de despesas empregado, um regular atendimento no mês de maio. Em junho e julho, no entanto, já nada mais foi possível fazer senão aguardar as novas verbas. Estas irregularidades vêm comprometendo seguidamente as possibilidades de cumprimento normal de planejamento com as óbvias repercussões no trabalho. Em 1965, com o corte efetuado, e a depreciação do valor da moeda (o plano de aplicação foi apresentado em janei-

ro de 1964, segundo normas legais) foi necessário, no II Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em março, tomar medidas drásticas de economia e contenção de despesas: não abertura ou reabertura de Sistemas, corte nas despesas de pessoal, cortes nos orçamentos de despesas, redistribuição de equipamento etc..

O primeiro planejamento efetuado, para atividades regulares, sem expansão, exigia a aplicação de maio de 1965 a maio de 1966 de Cr\$ 998 milhões, quando se contava apenas com Cr\$ 813.300 milhões. As diversas reformulações e cortes posteriores permitiram a manutenção do trabalho em regime absoluto de economia, sem reposição de equipamentos necessários e suspendendo várias atividades importantes.

Esperava-se que 1965 fosse um ano de crise, mas transitória. A verba solicitada para 1966, de Cr\$ 4.059.067.142, necessários à retomada normal das atividades, reaparelhamento etc., foi cortada para Cr\$ 1.200 milhões na proposta orçamentária da União para 1966 e cortada finalmente para Cr\$ 800 milhões, no orçamento programa publicado, o que terá gravíssimas repercussões sobre a atividade do Movimento nas diversas áreas de trabalho. Desta maneira, da verba solicitada para o exercício de 1966 foram concedidos apenas 20%, que considerados juntamente com o ano de restrições que foi 1965, são absolutamente insuficientes para o desenvolvimento normal das atividades.

#### 4. RECURSOS HUMANOS

O plano de trabalho, para 1965, recomendava, como meta, manter o mínimo de pessoal indispensável para a realização dos trabalhos. Além da não admissão de novos elementos (ressalvados os casos de substituição), o plano recomendava ainda que se tentassem tôdas as possibilidades de requisição, nos âmbitos federal, estadual e municipal. No anexo nº 3, pode-se observar que o quadro de pessoal do MEB, em 1965, totalizou 470 elementos, permanecendo o número de funcionários praticamente estacionário, entre dezembro de 1964 e dezembro de 1965. No entanto, na realidade, as limitações financeiras sofridas pelo Movimento em 1965 forçavam a diminuição de funcionários hora (muitos passando de tempo integral a parcial, os requisitados colaborando apenas com o horário oficial de repartição de origem, etc.), em quase todos os Sistemas, inclusive no Secretariado Central. Além disso, o Movimento não teve condições de reajustar remunerações, de acordo com a alta do custo de vida, provocando uma real depreciação de seus salários, ao mesmo tempo que o mercado de trabalho solicitava êsses técnicos em condições bem mais vantajosas, financeiramente. Não fôsse a dedicação dêsses funcionários e se tornaria impossível obter os resultados alcançados. O pessoal do MEB representa um investimento econômico de alto nível, pois se trata de pessoal especializado, com experiência adquirida no Movimento (um dos pontos básicos da política de ação dêste ano trata de capacitação de pessoal). Desta maneira, qualquer variação repercute nos resultados do trabalho.

Na mesma maneira, torna-se necessário ressaltar a dedicação constante de cerca de 5.000 voluntários que, nas mais distantes comunidades do país, realizam o trabalho de animação popular, seja como monitores de escolas radiofônicas, seja organizando reuniões de comunidade, ações comuns, etc.

## 5. TREINAMENTOS DE SUPERVISORES

Com a queda do número de funcionários-hora, sentiu-se que uma capacitação de pessoal cada vez mais intensa e objetiva, necessária ao próprio trabalho do MEB, poderia, a curto prazo e, em parte, suprir aquela deficiência. Damos, no anexo nº 4, o quadro de treinamentos de 1965. Somente o treinamento da Equipe Estadual do Ceará teve participação de elementos novos, todos os outros podem ser considerados retreinamentos, verdadeiro aperfeiçoamento do pessoal de MEB. Pode-se observar, no citado anexo, que o número de Sistemas atendidos corresponde a 70% dos Sistemas do MEB e que os participantes são cerca de 23% de todo o pessoal do MEB. Se acrescentarmos que, de modo geral, entre a equipe treinadora encontram-se sempre elementos dos Sistemas, além dos funcionários da equipe nacional, e que a participação de apenas um elemento de um determinado Sistema, vai, forçosamente, ser aproveitado por toda a equipe, poderemos avaliar melhor os dados do anexo nº 3.

## 6. SUPERVISÃO E PARTICIPAÇÃO EM DIAS DE ESTUDOS

A supervisão da Equipe Nacional aos Sistemas e os dias de estudos com participação da Equipe Nacional são atividades que visam também à capacitação do pessoal do MEB. Podemos observar, nos anexos 5 e 6, os quadros de visitas de Supervisão e Dias de Estudos, indicando os objetivos e os Sistemas atendidos. Devemos notar que apenas o Estado da Paraíba não foi visitado diretamente pelo Nacional, em 1965, sendo atendido, entretanto, pela Equipe Estadual de Pernambuco e que Ceará e Goiás receberam outros atendimentos. Um planejamento rigoroso de prioridades e agenda para essas viagens teve que ser feito, pois o pessoal reduzido e o custo de passagens e hospedagens foram limitações muito sérias, isto é, se observarmos que só os dias de supervisão e dias de estudo somam 136, isto é, 136 dias fora da sede nacional, em 26 viagens, a 12 Estados.

## 7. ENCONTROS NACIONAL REGIONAIS E ESTADUAIS

Para garantir, efetivamente, que a coordenação do Movimento seja, cada vez mais, realizada colegiadamente e para se conseguir unidade de pensamento e ação de mais de 50 Sistemas atuando em 15 Estados, faz-se necessário realizar, periodicamente, encontros nacionais, regionais ou estaduais. Normalmente, há, pelo menos, um Encontro Nacional de Coordenadores e Encontros estaduais nos Estados onde funcionam coordenações estaduais. Desses encontros saem as grandes linhas do trabalho a ser executado posteriormente. Além disso, há encontros especiais para atividades específicas como metodologia, animação popular, etc. No conjunto, os encontros são atividades de grande importância na execução de nosso trabalho pois, periodicamente, avaliam o trabalho no período anterior, planejam atividades para o período seguinte, estabelecem critérios para atendimento, criticam, elaboram política de trabalho e procedimentos para ação concreta, seja em plano Nacional, Regional ou Estadual. Nos anexos nº 7 podemos observar os objetivos, número de participantes, o local e a duração dos encontros nacionais (7A) e os regionais ou estaduais (7B), realizados em 1965.

## 8. ESTÁGIOS E INTERCÂMBIOS

Com o objetivo de capacitar pessoal, visando uma troca de experiências entre elementos de diferentes Sistemas, e conseguir, em seus quadros, elementos com visão sempre mais ampla do trabalho e com experiências diversificadas, o MEB intensificou a realização, em 1965, de estágios e intercâmbios entre suas equipes, sistematizando-os. O baixo custo, relativamente, dessas atividades e seu grande rendimento fazem dos estágios e intercâmbios um dos melhores recursos para o aperfeiçoamento de pessoal. No anexo nº 8, podem-se observar os intercâmbios e estágios entre equipes de Estados diferentes, em 1965. No entanto, é dentro de um mesmo Estado (por facilidade de comunicação e menor custo) que se verifica maior número de estágios e intercâmbios.

## 9. EQUIPAMENTO

Nos anos anteriores, principalmente em 1963, além do fornecimento de receptores, lâmpadas, quadro-negros e de livros de leitura, material este destinado às escolas e aos alunos, o MEB conseguiu equipar o maior número de seus Sistemas, com veículos, máquinas de escrever e de somar, duplicadores, gravadores, amplificadores e,

em alguns casos, até com projetores e máquinas fotográficas, para documentar as atividades.

Não resta dúvida que a verba empregada nesse material é recompensada pelos resultados no trabalho. No entanto, devido à insuficiência de recursos, em 1965, grande parte dos novos pedidos de material não pôde ser atendido. Só foi mantido o fornecimento de receptores, por existirem em estoque, e, com sacrifícios, se conseguiu fornecer peças para a manutenção desses receptores.

Os livros de leitura Mutirão 1 e 2, assim como o encarte sobre problemas de higiene e saúde só puderam ser impressos e distribuídos por terem sido cobertos pelas verbas do Departamento Nacional de Endemias Rurais e do Departamento Nacional da Criança, do Ministério da Saúde. O anexo nº 9 mostra a distribuição desses livros, no ano de 1965.

O problema mais sério localiza-se no cansaço das viaturas e na impossibilidade de renovar a frota de veículos. Os veículos velhos tornam-se pouco eficientes para o árduo trabalho de supervisão às comunidades rurais, demandando frequentes e caros consertos. Com auxílio recebido da Santa Infância, para as escolas radiofônicas através da Nunciatura Apostólica, algumas Dioceses puderam adquirir viaturas, que foram colocadas à disposição do MEB. Entre os Sistemas atendidos poderemos citar: São Luis (MA). Fortaleza, Limoeiro do Norte e Sobral (CE) e Coari (AM).

## 10. PUBLICAÇÕES

Um dos meios mais eficientes encontrados pelo MEB para capacitar tecnicamente seu pessoal e obter uma unidade de ação do Movimento tem sido a elaboração e a publicação de textos para estudo, experiências de trabalho, material didático, relatórios, boletins internos etc. Algumas dessas publicações servem também para divulgação das atividades do Movimento ao público em geral bem como colaboração com entidades de objetivos relacionados com os do MEB.

Apresentamos, no anexo nº 10, quadro com as publicações editadas em 1965 pelo MEB Nacional, indicando as respectivas tiragens.

## 11. COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

A necessidade de se realizar uma ação educativa global e integrada, nas comunidades, conduz o MEB a estabelecer contatos com pessoas e entidades que possam colaborar nesse trabalho, seja em plano local, estadual, nacional ou internacional. Além da maior efi

ciência obtida, êsse trabalho conjunto permite reflexões e revisões sôbre a atividade do MEB, o que é de grande valia para um Movimento constantemente em renovação e em busca de novas formas de atuação que permitam o melhor cumprimento de seus objetivos. Por outro lado, o MEB também contribui, colocando sua experiência e sua técnica à disposição de quantos as solicitem.

Em 1965, permaneceram em vigor os convênios com o Ministério da Educação e Cultura e com o Ministério da Saúde. Destacamos especialmente, no Ministério da Saúde o Departamento Nacional de Endemias Rurais e o Departamento Nacional da Criança os quais colaboraram na elaboração dos livros de leitura (Mutirão 1 e 2) e, principalmente, "Mutirão pra Saúde". No Ministério da Educação e Cultura, destacamos o Departamento Nacional de Educação, que inclusive solicitou nossa colaboração nos trabalhos do Grupo Planificador do Material de Alfabetização daquele departamento.

Em cada Estado, os Sistemas ou a Coordenação Estadual realizaram trabalhos com colaboração com diversas associações e entidades locais ou departamentos regionais.

No plano internacional, a correspondência e as viagens internacionais permitiram o contato e a troca de experiências com inúmeras pessoas e organizações estrangeiras. Destacamos o contato com a missão Cultural da UNESCO no Brasil

## 12. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

Como forma de aperfeiçoamento de pessoal ou intensificação de relacionamento com outras entidades, tem o MEB participado oficialmente de cursos no Brasil e no exterior e de reuniões de organismos nacionais ou internacionais.

Durante o ano de 1965 o MEB participou de várias reuniões internacionais, como observador ou convidado, além de receber para seus funcionários diversas bolsas de estudo para cursos de especialização ou Seminários para troca de experiências. O resultado desses cursos foi normalmente satisfatório, tendo sido elogiada a participação do MEB nêles.

No anexo nº 11, apresentamos os cursos e reuniões internacionais em que o MEB tomou parte em 1965.

## 13. PLANEJAMENTO PARA 1966

O Plano de Trabalho elaborado no 2º Encontro Nacional de Coordenadores permanece em vigor até maio de 1966. Por outro lado foi

convocado para março o 1º Encontro Nacional de Avaliação, para realizar a análise e avaliação das atividades executadas no período de junho de 1965 a maio de 1966, preparando o 3º Encontro Nacional de Coordenadores. Este 3º Encontro, previsto para abril de 1966, tem o objetivo principal de fixar a política de trabalho e elaborar os planejamentos para o período junho 66/maio 67. (Ver anexo nº 12). Para êsses encontros já estão sendo preparados os documentos necessários e as propostas preliminares de metas e orçamento programa para 1966. O aspecto mais sério, como já foi ressaltado, será o exame das verbas insuficientes em relação ao volume de trabalho e às exigências de uma ação educativa eficiente.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1966

A N E X O S

## SISTEMAS DE EDUCAÇÃO DE BASE EM 1965

Unidades da Federação	Número	Sistemas
Amazonas	3	Coari, Manaus, Tefé
Pará	3	Bragança, Conceição do Araguaia, Santarém
Maranhão	2	São Luis, Viana
Piauí	1	Teresina
Ceará	4	Crato, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Sobral
R.G.do Norte	3	Caicó, Mossoró, Natal
Paraíba	1	Cajazeiras (*) (++)
Pernambuco	8	Afogados da Ingazeira, Caruaru, Garanhuns, Floresta, Nazaré da Mata, Pesqueira, Petrolina, Recife
Alagoas	1	Maceió
Sergipe	3	Aracaju, Estância, Propriá
Bahia	11	Amargosa, Barra (++) , Caetité, Feira de Santana, Ilhéus (+), Juazeiro (*), Rui Barbosa, Salvador, São Gonçalo, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista
Minas Gerais	10	Arassuaí, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Luz, Marliéria, Montes Claros, Monte Santo, Oliveira, Pará de Minas, Teófilo Ottoni
Goiás	1	Goiânia
Mato Grosso	1	Cuiabá
Rondônia	2	Guajará-Mirim, Porto Velho
15 Unidades	54	

(\*) Os Sistemas de Cajazeiras (Pb) e Juazeiro (Ba) são coordenados pela Equipe Estadual de Pernambuco

(+) Interrompido em agosto de 1965

(++) Interrompido em dezembro de 1965

ANEXO Nº 2

RECURSOS DO M E B EM 1965

Órgãos	Restos a pagar recebidos de 1964	Dotação orçamentária 1965	Plano de Economia	Convênio assinado	Dotações recebidas inclusive restos a pagar
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	181.995	1.000.000	200.000	800.000	981.995
MINISTÉRIO DA SAÚDE	-	13.300	-	13.300	13.300
TOTAL	181.995	1.013.300	200.000	813.300	995.295

## QUADRO DE PESSOAL DO MEB EM DEZEMBRO DE 1965

Unidades da Federação	Nº de Equipes	Coordenadores	Supervisores	Professores	Administração	TOTAL
Amazonas	3	4	7	7	4	22
P a r á	3	3	15	3	7	28
Maranhão	2	2	6	-	2	10
Piauí	1	1	3	2	5	11
Ceará	5	7	38	11	23	79
R.G.do Norte	3	4	7	9	15	35
Paraíba	1	1	3	-	1	5
Pernambuco	10	14	36	10	22	82
Alagoas	1	2	3	2	3	10
Sergipe	3	3	7	2	7	19
Bahia	12	13	26	4	21	64
Minas Gerais	11	12	15	7	6	40
Goiás	1	2	6	3	5	16
Mato Grosso	1	2	3	1	3	9
Rondônia	2	2	7	-	2	11
15 Unidades	59	72	182	61	126	441
Nacional	-	2	9	-	18	29
TOTAL GERAL	-	74	191	61	144	470

## TREINAMENTOS REALIZADOS EM 1965

Unidades da Federação	Local	Data	Duração	Nº de Sistemas Atendidos	Nº de Participantes	Objetivo do Treinamento
Ceará	Fortaleza	7/5 a 16/5	10 dias	4	5	Reestruturação Equipe Estadual
Pernambuco	Recife -	8/5 a 15/5	8 dias	12	27	Capacitação p/Trabalho de AnPo
Sergipe	Aracaju	10/5 a 18/5	9 dias	3	11	Reestruturação Equipes Sergipe
M.Gerais	B.Horizonte	16/7 a 25/7	10 dias	12	30	Capacitação p/Trabalho de AnPo e Produção Programas
Ceará	Fortaleza	19/10a27/10	9 dias	4	22	Capacitação p/Trabalho de AnPo
Maranhão	São Luis	7/12a18/12	10 dias	3	11	Avaliação e Planejamento
5	5	-	56 dias	38	106	

## VISITAS DE SUPERVISÃO DA EQUIPE NACIONAL

Unidades da Federação	Local	Data/ Duração	Objetivos
Amazonas	Manaus	18/5 a 23/5 5 D	Capacitação Pessoal AnPo
P a r á	Bragança	4/4 a 7/4 4 D	Contabilidade
	Santarém	23/5 a 27/5 5 D	Capacitação Pessoal AnPo
	Bragança	18/12 a 21/12 4 D	Capacitação Pessoal Aval. Controle
R.G.do Norte	Natal	13/4 a 18/4 6 D	Contatos e Revisão de Equipe
	Caicó	28/10 a 1/11 5 D	Capacitação Pessoal AnPo
Pernambuco	Recife	28/10 a 31/10 4 D	Capacit. Pessoal Planej. Coordenação
	Recife	2/8 a 12/8 10 D	Capacit. Pessoal Prod. Programa
	Recife	12/8 a 22/8 10 D	Capacit. Pessoal Prod. Programa
Alagoas	Maceió	9/8 a 14/8 7 D	Capacit. Pessoal AnPo
	Maceió	24/8 a 31/8 7 D	Capacit. Pessoal Prod. Programa
Sergipe	Aracaju	3/8 a 9/8 6 D	Capacit. Pessoal AnPo
	Aracaju	31/8 a 6/9 7 D	Capacit. Pes. Prod. Progr. Superv.
	Aracaju	3/11 a 5/11 3 D	Capacit. Pes. Aval. Controle
	Estância	5/11 a 6/11 2 D	Capacit. Pes. Aval. Controle
Bahia	Salvador	3/5 a 5/5 3 D	Capacit. Pessoal Anpo
	Salvador	6/9 a 10/9 5 D	Capacit. Pessoal Prod. Programa
Minas Gerais	B. Horizonte	29/11 a 30/11 2 D	Coordenação
Mato Grosso	Cuiabá	9/5 a 13/5 4 D	Capacit. Pessoal AnPo Avaliação
Rondônia	Guajará	13/5 a 18/5 5 D	Capacit. Pessoal Anpo Avaliação
10 Unidades	12	104 Dias	

## ANEXO 6

## DIAS DE ESTUDO COM A PARTICIPAÇÃO DA EQUIPE NACIONAL

LOCAL	DATA	DURAÇÃO	Nº DE SISTEMAS	Nº DE PARTICIPANTES	ASSUNTOS
São Luis	20/3 a 10/4	20 dias	2	5	Revisão e Planejamento de Trabalho
São Luis	2/5 a 5/5	4 dias	2	9	Fundamentação Trabalho de AnPo
Teresina	10/4 a 12/4	2 dias	1	10	Fundamentação Trabalho de AnPo
Teresina	17/5 a 18/5	2 dias	1	8	Fundamentação Trabalho de AnPo
Natal	17/5 a 18/5	2 dias	3	11	Fundamentação Trabalho de AnPo
Maceió	20/5 a 21/5	2 dias	1	9	Fundamentação Trabalho de Anpo
-	-	32 dias	10	52	-

## ENCONTROS NACIONAIS

LOCAL	DATA / DURAÇÃO	PARTICIPANTES		OBJETIVOS
		Estados	Nacional	
Rio	18/1 a 24/1 5 dias	5	1	Metodologia:fixação dos objetivos e elaboração de programas das EERR
Rio	25/1 a 29/1 5 dias	6	2	Metodologia:elaboração de livro texto para o Nordeste
Rio	22/2 a 27/2 6 dias	10	4	1º Encontro de AnPo
Rio	8/3 a 18/3 11 dias	18	10	2º Enc.Nac. Coordenadores
	27 dias	39	17	

## ENCONTROS REGIONAIS OU ESTADUAIS

LOCAL	DATA / DURAÇÃO	SISTEMAS PAR TICIPANTES	Nº DE PARTI CIPANTES	OBJETIVOS
Fortaleza	19/4 a 25/4 7 dias	Ceará 3 Bahia 1	10	Prod. Programas
Fortaleza	15/5 1 dia	Ceará 4	7	3º Enc.Coordenadores do MEB/Ceará
Recife	22/3 a 28/3 7 dias	Pernambuco 10 Piauí 1 R.G.Norte 1 Ceará 1 Alagoas 1	20	Prod. Programas
Salvador	12/6 a 20/6 9 dias	Bahia 10	38	Encontro de Coordena- dores da Bahia
Goiânia	21/8 a 25/8 5 dias	Goiás 1	14	2º Encontro de AnPo de Goiás
	37 dias	43 Sistemas	113	

## ESTÁGIOS E INTERCÂMBIOS ENTRE EQUIPES DE ESTADOS DIFERENTES

M E T A	ATIVIDADE	PROCEDÊNCIA	LOCAL DO ESTÁGIO	Nº DE PESSOAS	D A T A
CAPACITAÇÃO	Intercâmbio	Maranhão	Bahia	1	maio
"	"	Bahia	Maranhão	1	maio
"	Estágio	Cuiabá	Goiânia	2	julho
"	"	Conceição do Araguaia	Goiânia	2	julho
"	"	Santarém	Goiânia	1	Setembro/outubro
"	"	Maranhão	Fortaleza	1	outubro
"	"	Maranhão	Pernambuco	1	novembro
"	"	Sergipe	Pernambuco	1	novembro
"	"	Nacional	Bahia	1	novembro

## REMESSA DE LIVROS DE LEITURA

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	UNIDADES REMETIDAS	
	MUTIRÃO I	MUTIRÃO II
AMAZONAS	5.800	6.200
P A R Á	2.000	1.000
PIAUI	5.000	2.000
CEARÁ	15.000	-
R.GRANDE DO NORTE	8.000	7.000
PERNAMBUCO	5.000	12.000
ALAGOAS	1.500	1.500
BAHIA	3.000	3.000
GOIÁS	-	1.000
TOTAL ENVIADO	45.500	34.000

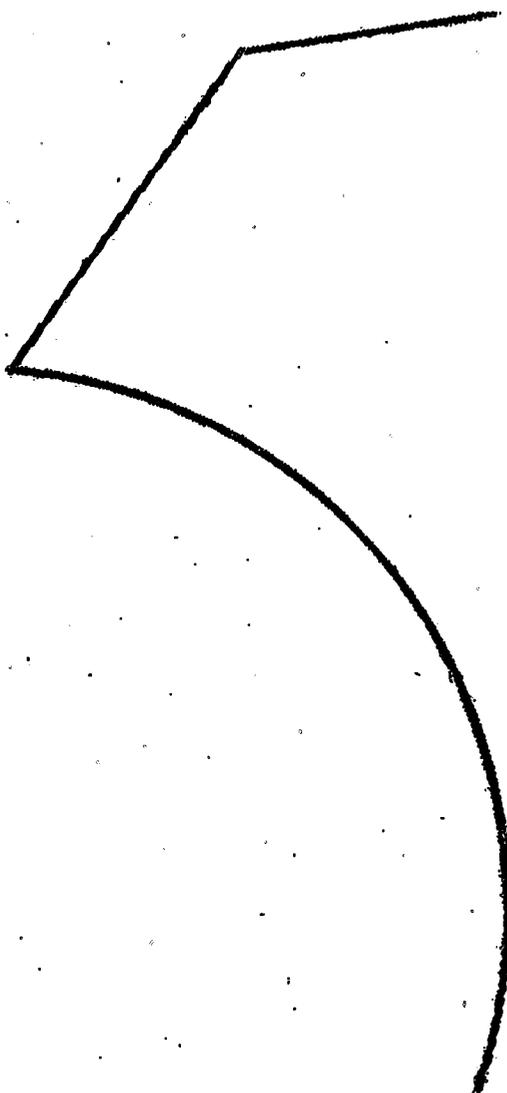
## PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO MEB/NACIONAL EM 1965

T Í T U L O	TIRAGEM
Animação Popular, Apostila 5, Série A	150
Relatórios de Animação Popular	150
Supervisão (MEB/Bahia)	50
Movimento de Educação de Base, sua origem, sua ação e s/conteúdo	100
Pessoa e Educação, Apostila 4, Série B	200
Estudos sobre Socialização, Apostila 3, Série B	200
Noções de Organização Social	200
Educação e Conscientização, 2ª Edição	50
Programa 1965 para as escolas radiofônicas do MEB-1ª e 2ª edições	320
Instruções para aplicação do programa de 1965 - 1ª edição	200
2ª edição	120
Fundamentação do Programa de 1965 - Parte II - 1ª edição	150
2ª edição	100
Fundamentação do Programa de 1965 - Parte I,1	200
Fundamentação do Programa de 1965 - Parte I,2 1ª edição	150
2ª edição	100
Mutirão - 1º livro	50.000
Mutirão - 2º livro	50.000
Mutirão pra Saúde	50.000
Relatório anual de 1963	500
Relatório do II Encontro Nacional de Coordenadores	100
Plano de Trabalho para 1965	200
Boletim MEB nº 4	150
Boletim MEB nº 5	150
Boletim MEB nº 6	150

## PARTICIPAÇÃO EM CURSOS OU REUNIÕES INTERNACIONAIS

Curso ou Reunião	Patrocinador	Local	Período	Participantes do MEB
IV Cursos Internacionais de Cooperativismo	Centro Cooperativista Uruguaio (CCU)	Montevideo, Uruguaio	setembro/outubro novembro	1 de Goiás 1 da Bahia 1 de Alagoas
Seminário Internacional s/Educação de Adultos	UNESCO e Governo da Dinamarca	SLAGELSE-Dinamarca	agosto/setembro	1 do Nacional
El desarrollo de la Comunidad y el desarrollo economico-social	UNESCO e Centro de Educacion Fundamental para el desarrollo de la comunidad en la America Latina (CREFAL)	Pátzcuaro, México	outubro/novembro	1 do Nacional
1ª Reunião de Institutos Latino Americanos Especializados em Educação Cooperativista	Centro Cooperativista Uruguaio	Atlântica, Uruguaio	setembro	1 do Nacional
Cicop Program Commites Meeting	Catholic Inter-American Cooperation program (CICOP)	Panamá	abril	1 do Nacional
Encontro da Junta Latino-Americana da Igreja e Sociedade	Junta Latino Americana de Igreja e Sociedade (ISAL)	Rio, Brasil	dezembro	2 do Nacional 1 de Pernambuco

MOVIMENTO DE  
EDUCAÇÃO DE  
BASE - MEB



# MEB EM CINCO ANOS

1961 - 1966

SEGUNDA PARTE

## A P R E S E N T A Ç Ã O

=====

Este documento resultou de uma seleção de trechos significativos de 35 das principais publicações do Movimento de Educação de Base, do Brasil. São publicações escritas de 1961 a 1966, compreendendo assim, todo o desenvolvimento do Movimento.

É uma tentativa de apresentação do MEB, naquilo que é de mais importante. Sua ênfase não está na apresentação quantitativa da experiência, mas em seu aspecto qualitativo, descritivo e de fundamentação. Deverá, portanto, ser completada com dados quantitativos da história do MEB, como apresentamos sumariamente no último capítulo.

Não é um texto "fluyente" pois foi composto de textos escritos por pessoas, estilos e épocas diferentes. De certo modo, o seu valor histórico e documentário compensa a descontinuidade do estilo.

É um documento que faz referência às publicações do MEB. Querendo-nos aprofundar mais, poderemos recorrer às publicações, que constam da lista aqui apresentada.

É necessário finalmente, não ler este documento, com uma perspectiva estática, mas vê-lo como representando um Movimento dinâmico, que cresce. Podemos descobrir nestes trechos esta evolução, este sentido de crescimento. O MEB é Movimento. Desta forma, é não se faz em publicações, mas se constroeu com as experiências de cada dia, tentativas novas, novas formas, que, muitas vezes, aqui não se encontram. Um dos valores do Movimento é que, dentro dele, tudo está em movimento.

## NOTA INTRODUTÓRIA

=====

Este trabalho é a 2ª parte (V, VI, VII e VIII capítulos) de uma publicação maior chamada "MEB - Uma Experiência de Cinco Anos", feita quase exclusivamente de extratos das publicações, relatórios e estudos do MEB no Brasil.

A publicação completa contém os seguintes capítulos:

- I - MEB - Apresentação Jurídica e Institucional
- II - MEB - Fundamentação Filosófica dos Objetivos
- III - MEB - Educação, Educação de Base
- IV - MEB - Animação Popular - ANPO
- V - MEB - Escolas Radiofônicas
- VI - MEB - Funcionamento Nacional
- VII - MEB - Um Sistema Radioeducativo
- VIII - MEB - O MEB em números

No fim de cada parágrafo, encontra-se entre parênteses uma indicação, significando a página e a publicação da qual se extraiu o texto (Veja lista de publicações nacionais usadas, no final).

Apesar de tê-los separado, para maior facilidade de distribuição, estes capítulos, reconhecemos que a maioria deles só poderá ser entendida dentro do contexto de toda a publicação, para uma visão mais global do Movimento.

I N D Í C E  
=====

1ª Parte

I - MEB - Apresentação Jurídica e Institucional .....	5
- Introdução	
- Decretos e Convênios	
II - MEB - Fundamentação Filosófica dos Objetivos .....	11
- Objetivo Último	
- Conceito de Educação	
- Educação e Conscientização	
- MEB e Igreja	
- MEB e Povo	
- Conclusão	
III - MEB - Educação, Educação de Base .....	19
- Cultura e Educação	
- Educação de Base	
- Objetivos - Meios	
- Programa Nacional	
IV - MEB - Animação Popular - ANPO .....	25
- Tentativa de Definição	
- Perspectiva Política	
- Anpo na Evolução do MEB	
- Assessoria às Comunidades	
- Experiências Várias	
- Estruturação e Grupos	
- Produção Comunitária	
-	

- Integração Escola e Comunidade
- Arte Popular
- Sindicalismo Rural
- Avaliação

2ª Parte

V - MEB - Escolas Radiofônicas .....	51
- Objetivos	
- Funcionamento	
- Monitor	
- Linguagem - Alfabetização	
- Livros de Leitura	
- Aritmética	
- Saúde	
- Trabalho Agrícola	
- Programações Especiais	
VI - MEB - Funcionamento Nacional .....	62
- Unidade Nacional	
- Área de Atuação	
- Funcionamento Estrutural	
- Emissoras	
- Pessoal	
- Conclusão	
VII - MEB - Um Sistema Radioeducativo .....	71
- Idéia Geral	
- Estudo de Área	
- Treinamento	
- Supervisão	
- Programação Radiofônica	
- A Equipe	
- Conclusão	

VIII - MEB - O MEB em Números ..... 78

- Número de Sistemas do MEB de 1961 a 1965
- Pessoal do MEB de 1963 a 1965
- Emissoras à Disposição do MEB de 1961 a 1965
- Treinamentos de Equipes Locais e de Animadores
- Número de EERR por Unidades da Federação atingidas pelo MEB, de 1961 a 1965
- Alunos do MEB de 1961 a 1965
- Número de Alunos por Ciclos
- Número de Alunos por Idade
- Evasão de Alunos
- Testes de Aprendizagem
- Custo Médio de Escolas e Alunos Concluintes de 1961 a 1965
- Recursos Financeiros de 1961 a 1965 e Previsão para 1966

\* \* \*

## V - ESCOLAS RADIOFÔNICAS

- OBJETIVOS
- FUNCIONAMENTO
- MONITOR
- LINGUAGEM - ALFABETIZAÇÃO
- LIVROS DE LEITURA
- ARITMÉTICA
- SAÚDE
- TRABALHO AGRÍCOLA
- PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS

### OBJETIVOS

5.1 - Uma Escola Radiofônica, numa comunidade rural, tem por objetivo fundamental a integração cultural e econômica desta comunidade na comunidade maior, através da transmissão sistemática de instrumentos de comunicação e produção, e a motivação de atitudes. A instrumentação é, especialmente, a alfabetização, tomadas isoladamente, perdem seu significado e sua motivação para as comunidades rurais e para o homem do campo. (2.3/pag.1)

5.2 - Seus métodos são uma busca continuada de adaptação, por anos de trabalho e estudo, daquilo que está, realmente, ao alcance do lavrador brasileiro e dentro de sua estrutura motivacional e de pensamento característicos. Sua orientação pedagógica fundamental é, em síntese, uma tentativa, cada vez mais realizada, de fazer do lavrador, em sua situação real, o centro e o sujeito de uma educação para a comunicação e para a produção em comunidade. (2.3/pag.1)

5.3 - É necessário, no entanto, que se diga bem claro que os objetivos das Escolas Radiofônicas do MEB:

- . não esgotam os objetivos da Educação - são aqueles que podem ser atingidos numa escola;
- . não são objetivos de uma escola convencional - são aqueles compatíveis com nossa concepção de Educação de Base;
- . não esgotam os objetivos do MEB - representam apenas alguns dos aspectos. (2.3/pag.1)

5.4 - Não se pode deixar de lembrar que, como toda educação que não se esgota na pura instrução, a Escola Radiofônica não se esgota em si mesma, ela produz frutos na própria comunidade, criando outras atividades educativas (veja capítulo IV). A Escola, desta forma, deve ser entendida dentro do conjunto maior das atividades e da vida de toda a comunidade camponesa. (2.3/pag.2)

#### FUNCIONAMENTO

5.5 - Instalação de Escolas - Considerando o valor educativo de as próprias comunidades participarem, ativamente, da criação e manutenção de suas escolas radiofônicas, procura o MEB desenvolver essa responsabilidade desde a instalação da escola e durante o seu funcionamento.

Dessa maneira, as comunidades resolvem os problemas básicos de local e mobiliário essencial para a escola, suprindo, muitas vezes, as dificuldades, com leilões, rifas, trabalhos coletivos, etc., que irão repetir-se durante o funcionamento da escola, para solucionar problemas de compra de pilhas e material escolar. (3.3/pag.31)

5.6 - Tendo em vista, porém, a precariedade de recursos, que é uma constante nas comunidades atingidas pelo MEB, procura o Movimento atender os problemas maiores das escolas, fornecendo receptores transistorizados, de frequência cativa, juntamente com a primeira carga de pilhas, sendo as cargas posteriores, quando possível, conseguidas pelo esforço da comunidade. Fornece, também, fichas de matrícula e de frequência e, quando possível, quadros-negros e lâmpadas. Além disso, o MEB colabora na parte técnica da instalação do receptor com antenas, fios e, mesmo, pessoal especializado. (3.3/pag.31)

- 5.7 - Note-se que essas escolas estão localizadas em zona rural e atingem pequenos agrupamentos demográficos, muitas vezes, nunca alcançados por nenhuma iniciativa educacional. As Escolas Radiofônicas são, normalmente, as residências dos monitores, diferindo das outras casas da localidade, simplesmente, pela antena e arrumação especial do cômodo principal. (3.3/pag.35)
- 5.8 - O MEB já possuiu, em 1963 (setembro), 7.353 escolas. Em 1966 possui cerca de 4.500. (veja capítulo VIII).
- 5.9 - Deve-ser ter sempre presente que as escolas radiofônicas são da Comunidade e não do MEB. (7.1/pag.2)
- 5.10 - Não é suficiente, entretanto, fornecer o rádio e colocá-lo em permanente estado de funcionamento, para que a Escola Radiofônica possa funcionar eficientemente. A constatação das condições precárias de iluminação durante as aulas veio exigir uma solução. Os alunos usavam pequenas lamparinas que, em pouca quantidade, representavam sérios obstáculos ao rendimento da escola. Passou o MEB, em consequência, a fornecer lâmpadas, por cujo combustível as comunidades se responsabilizam (3.3/pag.35)
- 5.11 - Quando possível, sejam feitos cartazes e outros materiais visuais pelos próprios monitores, ou pessoa da própria comunidade, tendo por base a cartilha que vier a ser utilizada, superando assim, em parte, a falta de recursos visuais e despertando, ao mesmo tempo, valores muitas vezes desconhecidos. (7.1/pag.7)
- 5.12 - Clubes de Vendas - Desenvolvendo as experiências de vários sistemas, o MEB continuou a estimular e orientar os Clubes de Vendas, criados para facilitar a manutenção das escolas. Como se sabe, esses clubes funcionam nas sedes dos Sistemas para distribuição de material escolar, a preço mais acessível aos alunos. Dessa forma é distribuído material de uso dos alunos (cadernos, lápis, etc.) e de uso das escolas (giz, pilha, querosene) a ser adquirido pelo grupo de alunos. Em alguns casos, os clubes têm servido também para efetuar, ordenadamente, a distribuição do material fornecido pelo próprio MEB (lâmpadas, fichas, quadros-negros, livros escolares etc.) (3.3/pag.58)
- 5.13 - Criem-se Clubes de Venda visando possibilitar aos alunos a aquisição de pilhas e outros materiais indispensáveis ao funcionamento das escolas radiofônicas e como início de uma educação cooperativista. (7.1/pag.2)
- 5.14 - O custo médio de uma escola, em 1965, foi de Cr\$ 185.918.  
O custo médio de um aluno, em 1965, foi de Cr\$ 13.635 (veja capítulo VIII)
- Note-se que englobamos aqui as despesas efetuadas nas fases preparatórias de trabalho, nos treinamentos, etc. (3.3/pag.46)

## MONITOR

5.15 - Já nas primeiras visitas às comunidades, procura-se obter a indicação dos possíveis monitores das escolas radiofônicas. Essa primeira seleção não é ainda definitiva, pois os elementos então escolhidos participarão, posteriormente, de um treinamento no qual deverão demonstrar-se capazes de assumir suas funções perante as comunidades e o MEB.

Essa escolha inicial, embora tenha de levar em consideração a disponibilidade de pessoal e a necessidade de se contar com monitores alfabetizados, visa, essencialmente, a conseguir um monitor que seja um autêntico representante de sua comunidade. (3.3/pag.27)

5.16 - O monitor é a pessoa que transforma uma série de programas educativos em uma verdadeira escola radiofônica, porque a recepção organizada supõe, além da equipe que organiza a emissão, a equipe que organiza a recepção, formando o autêntico Sistema Radioeducativo. Um dos elementos mais importantes desse sistema de trabalho é o monitor. É ele que mantém contato permanente com os alunos, contato impossível para o professor radiofônico. Acompanhando e completando as instruções do professor, o monitor não exerce, no entanto, um papel passivo no sistema, pois é o elemento ativo que articula os alunos e a escola com todo o sistema radioeducativo local. (3.3/pag.27)

5.17 - Por ser um elemento da comunidade que exerce esta função, o monitor já seria, só por isso, chamado a assumir um papel de liderança. Mas sua atividade vai mais além. A ação educativa do MEB não se restringe a um instrumento - a escola radiofônica - mas deve contar com outros meios de ação que permitam a comunicação com as comunidades. Por isso mesmo, a função do monitor não se esgota na escola, mas deve abrir-se para a comunidade numa liderança efetiva, constituindo-se o monitor num real animador dos alunos e da comunidade. (3.3/pag.27)

5.18 - Os treinamentos de monitores reúnem, por período variável, os elementos escolhidos durante a fase de localização das escolas radiofônicas, a fim de permitir que eles assumam suas funções, conscientes de suas responsabilidades e do alcance de sua atividade. Dedicados à conscientização e à formação dos monitores, esses treinamentos têm-se constituído em um dos instrumentos educativos de maior alcance. Sendo, normalmente, realizados em localidades próximas às residências dos monitores, consegue-se obter participação ativa das comunidades beneficiadas, o que permite realizar esses treinamentos a baixo custo. (3.3/pag.27)

5.19 - Possuímos cêrca de 5.000 monitores com escolas, dando, em média, três horas de trabalho por dia (veja capítulo VIII)

5.20 - Os monitores têm sido, gradativamente, descobertos e a sua função, a pouco e pouco, refletida por êles mesmos. O Movimento não considera os monitores como auxiliares do rádio; autômatos necessários. Êles são uma Pessoa que tem direito de exigir do Movimento uma educação apropriada e, mais ainda, têm êles o direito e devem participar, conscientemente, do Movimento, contribuindo, cada vez mais, na programação das aulas e nas reflexões sôbre as escolas e as comunidades. (2.3/pag.18)

### LINGUAGEM - ALFABETIZAÇÃO

5.21 - A alfabetização de adultos camponeses requer métodos, atividades e recursos bastante diferentes daqueles utilizados na alfabetização de crianças, principalmente quando é realizada através do rádio e no meio agrícola. Pode-se dizer que o método atualmente utilizado pelo Movimento é original, criação sua, depois de vários anos de experiência e de estudo.

5.22 - O método de alfabetização do Movimento, na quase totalidade dos sistemas, é um método global, duplamente global, que possui suas características originais por ser destinado a adultos, por ser transmitido pelo rádio e por ser situado dentro da realidade camponesa, por ser adaptado à sua estrutura de pensamento descritivo-concreto, com seu universo vocabular e para sua estrutura motivacional. (2.3/pag.5)

5.23 - É global o método, e duplamente global, porque, além de partir da percepção global de palavras, como formas gestálticas, é global enquanto toma a alfabetização dentro do contexto global de trabalho concreto do camponês. (2.3/pag.6)

5.24 - É necessário dizer que, paralelamente ao desenvolvimento da leitura e da escrita, há um desenvolvimento mais profundo, que se traduz por uma liberação crescente do pensamento camponês e por uma criação e expressão espontâneas sempre maiores. Tanto o desenvolvimento da leitura e da escrita como o desenvolvimento do pensamento criador possuem técnicas e atividades, ora criadas pelo próprio Movimento, ora adaptadas de outras experiências de educação de adultos no mundo. (2.3/pag.6)

5.25 - Foi com esforço de criação e adaptação que, a pouco e pouco, o MEB elaborou, ou melhor, recriou, o método global para o homem do campo, no Brasil. Várias experiências, em diferentes Estados, estão sendo executadas, com a mesma fundamentação metodológica, diferindo, às vezes, apenas em alguns processos. (2.3/pag.7)

5.26 - Tudo isto tem significado riqueza e originalidade e tem também atraído, para o MEB, a atenção, a curiosidade e o estudo de muitos dos que, no mundo, se interessam por educação de adultos. (2.3/pag.7)

### LIVROS DE LEITURA

5.27 - Os objetivos dos livros de leitura do MEB serão: instrumentos de alfabetização e conscientização, procurando dar uma visão transcendental do homem e despertando-o para engajamentos concretos em organizações profissionais, organizações de classe e grupos que visem o desenvolvimento das comunidades. (4.5/pag.1)

5.28 - O livro de leitura levará uma mensagem na qual o homem do campo se identifique. (4.5/pag.1)

5.29 - O MEB deve ter "livros de leitura que alfabetizem ao mesmo tempo que levem a uma conscientização.

Nesses livros, "é preciso respeitar a necessidade de globalização das matérias de educação de base e da presença de uma mensagem".

"A mensagem que se quer transmitir deve focalizar a valorização do homem e da comunidade, sua cultura, seu papel diante da realidade brasileira - tudo de acordo com as necessidades das diferentes áreas".

"Os livros de leitura devem possibilitar o desenvolvimento do neo-alfabetizado, evitando a regressão da aprendizagem e da conscientização, despertando o adulto para o necessário engajamento em grupos de trabalho na comunidade - clubes, sindicatos, cooperativas, artesanatos, etc. (4.5/pag.1)

(Veja publicações: 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 5.3, 5.4, 5.5)

5.30 - O programa do MEB é distribuído em dois ciclos. Cada um representa um período completo de cerca de 8 meses de trabalho. Cada ciclo tem seu horário, seu livro de leitura, sua programação própria e os mesmos objetivos fundamentais. Alguns sistemas possuem

um ciclo apenas. Ambos os ciclos possuem alunos numa gama de variação de idade muito grande.

## ARITMÉTICA

5.31 - A Aritmética para camponeses não tem outra finalidade senão a aplicação concreta na vida prática dos lavradores. Na Educação de Base, ela só pode ser concebida dentro da realidade concreta do camponês e voltada para as operações e os problemas que o lavrador enfrenta. (2.3/pag.9)

5.32 - O início da aprendizagem é caracterizado, de um lado, pelo desenvolvimento das habilidades de cálculo, já existentes de maneira assistemática. Por outro lado, são dados os primeiros rudimentos de uma aritmética simbólica, gráfica. (2.3/pag.12)

5.33 - Em função de pesos-fatôres, dos objetivos fundamentais e dos níveis operacionais (simbólicos e não-simbólico) é composto o currículo que, com alguma variação regional, consta dos elementos e partes que se seguem.

### a - Sistema numérico

- . reconhecimento, leitura, escrita e composição numerais
- . soma
- . multiplicação
- . subtração
- . divisão
- . numerais e especiais: fracionais simples  
múltiplos mais comuns
- . porcentagem (processo apenas automático)
- . juros simples (processo apenas automático)

### b- Sistema de medidas

- . unidade, contagem, medida
- . moeda
- . peso (grama, quilograma, tonelada, arrôba).
- . tempo (relógio, minuto, hora, dia, mês, ano)

- aspectos espaciais da aritmética
  - .. comprimento (metro, centímetro, milímetro, quilômetro)
  - .. área (metro quadrado, hectare, medidas convencionais da região)
  - .. volume (litro, metro cúbico, "medida", medidas convencionais da região).
- solução de problemas.

Os problemas, apresentados como ocasião para a aprendizagem e uso dos conhecimentos já adquiridos, são inteiramente voltados para as situações concretas e tentam aproximar-se, o mais possível, dos problemas que o lavrador enfrenta normalmente. Esta orientação básica fundamenta-se na exigência do "concreto" na aprendizagem do campo, dada a forma de pensamento que lhe é característica. Por outro lado, é a orientação que mais motivação encontra no adulto rural, pois se apresenta como um desafio constante e semelhante aos desafios da vida de cada dia. (2.3/pag.10-11)

5.34 - Programa-se uma aprendizagem que não dá saltos, mas se preocupa, principalmente, com a formação gradativa de um pensamento matemático elementar, desde a percepção e organização dos dados, a comparação e compreensão das relações entre estes dados, até a compreensão operacional dos resultados. (2.3/pag.11)

5.35 - O Movimento intenciona, ao lado do desenvolvimento destas habilidades e compreensões, que o aluno cresça na compreensão do mundo e das situações de sua vida, percebendo-os como fenômenos provocados por causas reais, para que sua compreensão seja realmente operacional e se expresse como atitude nova diante do mundo. (2.3/pag.14)

## SAÚDE

5.36 - O Movimento não transmite um currículo de informações, que seria mais objetivo de educação sanitária e não de Educação de Base, mas procura formar, antes de tudo, uma atitude diante do mundo, em que o homem rural, mais do que evitar uma doença, saiba o que a saúde significa para ele, como trabalhador, e para a comunidade em que vive. O MEB procura motivar uma visão do mundo, onde não têm lugar as soluções mágicas e supersticiosas, a que, tradicionalmente, o ho-

mem do campo está prêso; uma visão do mundo, onde tudo tem sua causa real, não mítica, onde ele pode, concreta e positivamente, controlar estas causas, com ações concretas. Doença e Saúde fazem parte desta visão de mundo, sem a qual nenhuma solução é duradoura. (2.3/pag.15)

5.37 - Os programas partem das situações concretas das comunidades e tentam motivá-las a participar de ações concretas, através das quais as comunidades se educam.

. Motiva as comunidades para a utilização de seus próprios recursos e evita soluções diretivistas é, portanto, deseducativas. Tampouco, o Movimento dá soluções. Ele apenas motiva, informa e acompanha a tomada de responsabilidade das comunidades, através de seus líderes.

. Sua orientação é de soluções preventivas e não curativas, tomando um caráter positivo e realista. (2.3/pag.15) (Veja "Mutirão Pra Saúde", Publicação 5.9)

## TRABALHO AGRÍCOLA

5.38 - A organização da comunidade para a produção e o trabalho em cooperação surge como exigência imediata, de um lado, integrando economicamente os membros da comunidade, de outro, integrando-os, humanamente, através de uma reestruturação das relações de trabalho e da formação de grupos cooperativos e outras formas de organização. (2.3/pag.17)

5.39 - Podemos dizer que o trabalho agrícola é estudado em três aspectos:

- . as técnicas de trabalho agrícola próprias da região;
- . as relações no trabalho agrícola;
- . a organização da comunidade para a produção e o trabalho em cooperação.

Na parte de técnicas de trabalho agrícola, as programações e as supervisões tentam acompanhar o desenvolvimento do trabalho, em todas as suas fases e operações, suscitando a tomada de consciência da necessidade de mudar os costumes tradicionais, prejudiciais à produção, por técnicas mais adequadas e ao alcance das comunidades. (2.3/pag.16)

5.40 - Não é o trabalho de um indivíduo que se quer aperfeiçoar, mas a criação e produção humana da comunidade. É necessário integrar esta comunidade, econômica e culturalmente, na sociedade maior. A única integração é a participação no esforço de Desenvolvimento e Libertação. (2.3/pág.17)

5.41 - O MEB, finalmente, tenta mostrar que, além de sua comunidade, há outras comunidades semelhantes, com as mesmas carências, as mesmas dificuldades, numa nação subdesenvolvida e pobre. Mostra que elas não são responsáveis pelas causas, mas são um dos responsáveis pela solução, a qual está no esforço conjunto de todos. Em última análise, saúde é resultado de Desenvolvimento. E Desenvolvimento é o povo que cresce, vive e morre como Homem. (2.3/pag.16)

### PROGRAMAÇÕES ESPECIAIS

5.42 - Além da programação de aulas, são transmitidos programas especiais, semanalmente, dedicados ao monitor e à comunidade. São programas mais livres, de contato da equipe com os monitores, abrangendo entrevistas, respostas a correspondência, recreação, arte popular, etc. (3.3/pag.50)

5.43 - As escolas desenvolvem atividades especiais, que tomam as mais diversas formas, dependendo da região e da época. Estas programações podem ser agrupadas em três tipos: para os alunos, para as comunidades e para os monitores.

As programações especiais para alunos são transmissões de instrução religiosa, atividades leves para as férias, exigências do momento, etc. (2.3/pag.17)

5.44 - As programações para as comunidades são mais livres e tentam atingir mais amplamente, ainda que menos profundamente. Desenvolvem-se em formas leves, seja com festas populares e cívicas, programação religiosa especial, novelas com temas de interesse do homem rural e atividades de recreação e diversão comunitárias. As programações especiais para os alunos e para as comunidades costumam ser assistemáticas, muito flexíveis e adaptáveis. (2.3/pag.17-18)

5.45 - Em alguns sistemas, quando há disponibilidade de horário, são transmitidos programas especiais para clubes de mães, cooperativismo, clubes de jovens, sindicatos e tc. (3.3/pag.50)

5.46 - As programações para monitores adquirem cada vez mais sua importância e sistematização. São transmitidas em horário e dias extraordinários e costumam ser acompanhadas de material impresso, em linguagem acessível, para sua capacitação. Esta é feita, de maneira intensiva, nos treinamentos periódicos e, de maneira extensiva, nas programações de acompanhamento do trabalho do monitor. A capacitação de monitores, em ambas as formas tem três objetivos: uma integração do monitor no espírito e sentido da Educação de Base e do Movimento; uma formação geral quanto ao comportamento e papel de monitor na aula e na comunidade, métodos simples de animação de grupos, discussão em sala, metodologia especial das escolas radiofônicas, e, finalmente, uma capacitação mais específica do conteúdo das matérias do programa. Normalmente, os monitores são acompanhados por transmissões especiais sobre as matérias e as atividades de cada semana que começa. (2.3/pag.18)

5.47 - Tomando como referência os anos de 1963 e 1964, 65% dos alunos têm entre 15 e 30 anos, 20% têm menos de 15, e 15% têm mais de 30 anos de idade. (veja capítulo VIII)

5.48 - O índice médio de aprovação no 1º e 2º ciclo, nos cinco anos, é de 83%. (idem)

5.49 - Já possuiu o MEB 111.066 alunos concluintes, em 1963.

No último ano concluíram 61.409 alunos.

Nestes cinco anos, concluíram o primeiro ciclo 293.982 alunos e o segundo ciclo 89.556 alunos, num total de 383.538 alunos concluintes (idem).

5.50 - Deve ficar bem claro, no entanto, que a Escola, tomada isoladamente, não tem significado para o MEB. Ela é, e continua se desenvolvendo nesta perspectiva, uma experiência da comunidade. Escola e Animação Popular integram-se, numa única experiência de Educação de Base.

\* \* \*

## VI - FUNCIONAMENTO NACIONAL

- . UNIDADE NACIONAL
- . ÁREA DE ATUAÇÃO
- . FUNCIONAMENTO ESTRUTURAL
- . EMISSORAS
- . PESSOAL
- . CONCLUSÃO

### UNIDADE NACIONAL

6.1 - O MEB se constitui em um dos Movimentos vivos da Igreja, em uma experiência comunitária nova, em uma eficácia testemunhada pela formação de líderes, em uma tentativa de educação integral, que parte da vida e está imersa na realidade (1.3/capa)

6.2 - Uma ação educativa, para ser eficaz, tem que levar em conta o estudo e a interpretação da realidade brasileira global, bem como a escolha adequada dos instrumentos pedagógicos a serem utilizados nessa ação, devendo preocupar-se com os problemas econômicos, políticos e sociais em escala nacional. Por isso, o MEB não será eficaz se não conservar sua unidade nacional.

A realidade, que faz apêlo à existência do MEB, exige uma unidade de ação. Essa unidade, no entanto, refere-se ao que o Movimento tem de essencial, mas requer a heterogeneidade de suas partes. O MEB é um Movimento nacional, que procura colaborar na solução de um problema que se coloca em termos nacionais: a promoção do homem brasileiro que vive nas áreas subdesenvolvidas (1.3/pag.9)

6.3 - A unidade de fins e objetivos, de métodos, de estrutura e de administração é estabelecida realisticamente, levando em conta o indispensável respeito às variações regionais e locais. Assim, os diversos sistemas locais pautam-se por planos elaborados de comum acordo com as equipes estaduais e são supervisionados por estas. As equi

pes estaduais, por sua vez, colaboram na elaboração do plano Nacional - levadas em conta as necessidades locais - e o trabalho estadual é supervisionado pela Equipe Nacional. Dessa forma, sem que haja uniformidade de procedimentos, há unidade em todos os níveis do Movimento, mantendo-o basicamente o mesmo, apesar das adaptações necessárias. (1.3/pag.9)

6.4 - Dentre as vantagens dessa unidade, podemos destacar:

- Solução comum para problemas estruturais. A centralização dos estudos de problemas que exigem enfoque nacional, se feita levando em conta as realidades locais e na medida em que se recorre, como fazemos comumente, às equipes para conclusão desses estudos e apresentação de respectivos projetos e planos, permite economia de tempo e de pessoal capacitado.
- Intercâmbio de experiências entre zonas caracteristicamente semelhantes, apesar de, muitas vezes, geograficamente distantes. Uma estruturação nacional facilita o estudo comparativo das diferentes áreas, permitindo a avaliação da eficácia dos métodos e técnicas utilizados em cada ambiente e levando a conclusões sobre a conveniência ou não de sua generalização.
- Economia em organização. Desde que se evite uma centralização demasiada, muitos serviços devem ser organizados em âmbito estadual e mesmo nacional, permitindo a elaboração de critérios gerais, tais como seleção, treinamento e remuneração de pessoal, etc. (1.3/pag.9)

#### ÁREA DE ATUAÇÃO

6.5 - O MEB atinge o Nordeste, Centro Oeste, o Estado de Minas Gerais e parte da Região Amazônica. Em dezembro de 1963, o MEB já havia iniciado ou consolidado seu trabalho nos seguintes Estados e Territórios:

Amazonas (+)	R.G. do Norte	Bahia
Pará	Paraíba (+)	Minas Gerais
Maranhão	Pernambuco	Goiás
Piauí	Alagoas	Mato Grosso
Ceará	Sergipe	Rondônia

(+) iniciados em 1963 - (3.3/pag.5) (Veja Publicações 3.3, 3.4, 8.6 e Capítulo VIII)

6.6 - Tentamos desenvolver um Movimento em quase todo o país com os mesmos fins e objetivos, a mesma orientação, a mesma linha e o mesmo modo de encarar o uso dos métodos e dos meios. A unidade deve traduzir-se, também, na mesma perspectiva de trabalho em equipe, com uma só estrutura e organização, de tal forma que não haja estruturas paralelas que se interceptem. Todas as equipes, inclusive as administrativas, devem guiar-se pelos mesmos critérios, estando todos a serviço do mesmo Movimento. Nota-se essa unidade de critérios quando se observa que, sendo realizado e especificamente por leigos, o trabalho do MEB pode ser ocasional ou supletivamente assumido por sacerdotes. Nesse caso, esses sacerdotes, exercendo a atividade de educadores, desempenham suas tarefas como os leigos. (7.2/pag.14)

6.7 - A necessidade de se realizar uma ação educativa global e integrada, nas comunidades, conduz o MEB a estabelecer contatos com pessoas e entidades que possam colaborar nesse trabalho, seja em plano local, estadual, nacional ou internacional. Além da maior eficiência obtida, esse trabalho conjunto permite reflexões e revisões sobre a atividade do MEB, de grande valia para um Movimento constantemente em renovação. Por outro lado, contribui o MEB, colocando sua experiência e sua técnica específica à disposição de quantos o desejarem. (3.3/pag.73)

#### FUNCIONAMENTO ESTRUTURAL

6.8 - Afirma-se a corresponsabilidade nas atitudes dos cristãos - Hierarquia e leigos - a partir da própria colocação da Igreja como povo de Deus. Daí surge a conveniência de que mesmo as críticas ao trabalho dos leigos se façam através de um diálogo. (7.2/pag.13)

6.9 - No que diz respeito à linha da Hierarquia, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) exerce a sua autoridade através dos Bispos que integram o Conselho Diretor Nacional (CDN), ao qual se subordinam o Conselho Diretor Estadual (CDE), que congrega, em âmbito estadual, os Bispos em cujas áreas funciona o MEB. No que diz respeito ao Laicato, uma Comissão Executiva Nacional (CEN), diretamente dependente do CDN, orienta e coordena as atividades das Equipes Estaduais (EE), das quais dependem as Equipes Locais (EL). (1.2/pag.3)

6.10 - A direção do MEB é exercida pelo Conselho Diretor Nacional, composto de 9 Bispos e Arcebispos, indicados pela CNBB e 2 leigos, sendo 1 deles o representante do Presidente da República. Para assessoria, conta o CDN com um Conselho Nacional de Representação e Consulta e com um Conselho Fiscal. (3.3/pag.3)

6.11 - No intervalo das sessões do CDN, a direção do MEB é exercida pela Diretoria Executiva, constituída pelo Presidente e Vice-Presidente do CDN e por um Secretário. (3.3/pag.3)

6.12 - A Diretoria Executiva administra o MEB através do Secretaria do Central. (3.3/pag.3)

6.13 - O MEB estrutura-se nacionalmente através de um Secretariado Central, com sede no Estado da Guanabara. Ao Secretariado Central compete criar e organizar os Sistemas novos, treinar e selecionar o pessoal para as Equipes Locais, organizar as Equipes Estaduais e coordenar, técnica e administrativamente, o trabalho em todo o país. (3.3/pag.3)

6.14 - A coordenação nacional, exercida pelo Secretariado Central, permite uma unidade de pensamento e ação em plano nacional, através de assessorias para os assuntos específicos do trabalho educativo, bem como centralizar determinadas tarefas administrativas, conseguindo-se maior eficiência no trabalho. O contato com pessoas e entidades diversas, em plano nacional e internacional, tem enriquecido a experiência do MEB de maneira valiosa. (3.3/pag.67)

6.15 - Do MEB Nacional:

- são órgãos nacionais do MEB, o CDN, suas assessorias e a Equipe Nacional;
- a Equipe Nacional é constituída pela CEN, suas assessorias e seus Departamentos. (1.2/pag.5)

6.16 - São atribuições do CDN:

- responder pela linha doutrinária do MEB;
- aprovar, anualmente, a proposta orçamentária, a prestação de contas e o relatório, assim como o parecer do Conselho Fiscal (CF);
- nomear, por proposta do Presidente: assessores, o Secretário Geral da CEN e os membros efetivos ou suplentes do CF. (1.2/pag.6)

6.17 - Da Comissão Executiva Nacional:

- a CEN será constituída por um Secretário Geral e dois Coordenadores Nacionais e contará com a assistência de Chefes de Departamentos, dispondo de todo o pessoal necessário ao seu funcionamento.

São atribuições da CEN:

- estabelecer as normas internas de seu funcionamento e de toda a Equipe Nacional;
- submeter, anualmente, ao CDN a proposta orçamentária, a prestação de contas e relatório anual;
- treinar as Equipes Estaduais, propor os candidatos selecionados à aprovação do CDE e orientar os estágios de elementos aprovados;
- orientar, coordenar e assessorar as EE, no que se refere ao Projeto Nacional. (1.2/pag.7)

6.18 - Estruturado nacionalmente, sua unidade é o Sistema de Educação de Base, que atinge uma área determinada. Cada sistema, através de uma Equipe Local, planeja, executa e coordena um programa local de Educação de Base. Esta Equipe Local seleciona e treina, nas comunidades atingidas, animadores voluntários que participam ativamente do programa de ação do Sistema. (3.3/pag.2)

6.19 - Os Sistemas Locais de Educação de Base de um mesmo Estado são coordenados por uma Equipe Estadual, que elabora, com esses Sistemas, um projeto de ação no âmbito do Estado. (3.3/pag.3)

6.20 - O MEB possui, em 1966, 48 Sistemas em 14 Estados. (Veja capítulo VIII)

6.21 - Equipe Estadual - São atribuições específicas da EE, sob a direção e especial responsabilidade dos dois Coordenadores escolhidos pelas equipes estadual e nacional, de comum acordo com o Presidente do CDE:

- ser o elemento de ligação e vinculação entre a Comissão Executiva Nacional (CEN) e as Equipes Locais (EL);
- elaborar o projeto estadual, de acordo com o projeto nacional e submetê-lo à aprovação do CDE;
- assessorar as Equipes Locais na elaboração dos planos de trabalho, na organização da proposta orçamentária, na coordenação das atividades em geral e, de modo particular, nos treinamentos de monitores e animadores promovidos pelas EL. (1.2/pag.5)

6.22 - São atribuições específicas do Bispo da área local:

- autorizar os trabalhos iniciais do MEB em seu território, mediante aceitação de seu Projeto Nacional e de sua organização interna;

- apresentar para serem selecionados e treinados, a fim de constituírem a Equipe Local inicial, candidatos que preencham as condições básicas fundamentais estabelecidas pela CEN, bem como aprovar a admissão ou demissão de elementos;
- aprovar a seleção efetuada e o estágio de candidatos aprovados pela equipe treinadora;
- examinar e aprovar o plano de trabalho local, observadas as linhas fundamentais dos projetos nacional e estadual;
- responder, com exclusividade absoluta, pela linha doutrinária da EL, perante o CDN, ao qual deve representar, por escrito, sobre os problemas que, porventura, ocorrerem, assim como assegurar às EL adequada assistência pastoral. (1.2/pag. 3 - 4).

### EMISSORAS

6.23 - O Episcopado Brasileiro, ao criar o MEB, colocou à disposição do trabalho de Educação de Base, a rede de Emissoras instaladas e em instalação, que possibilitariam a transmissão de programas educativos adequados as áreas a que se destinavam. É justamente esta multiplicidade de emissoras, transmitindo programas para áreas próximas, que torna possível a eficiência na comunicação da mensagem educativa. Os programas radiofônicos têm que atingir o homem com seus problemas e suas experiências próprias, extremamente variadas, de região para região, de Estado para Estado e, muitas vezes, varia das dentro do mesmo Estado. (3.3/pag.22)

6.24 - Vinte e nove emissoras de rádio transmitem os programas diários do MEB, num total de 7.500 horas por ano. (Veja Capítulo VIII)

### PESSOAL

- 6.25 • O MEB quer ser uma comunidade, viver em equipe e, conseqüentemente, não pode estruturar-se como uma empresa comum.
- As pessoas que trabalham no MEB não são simples funcionários, são o MEB. Há distinção de funções, não há distinção de valores.

- É necessário uma descentralização do trabalho, sem que implique em quebra da unidade do Movimento ou em desorganização.
- Os momentos de crise do Movimento devem ser enfrentados e assumidos por todos. Da mesma forma, tôdas as decisões fundamentais devem ser tomadas em equipe. A partir d'esses pontos, as equipes nacional, estaduais e locais vão explicitar e definir melhor sua estruturação, seu funcionamento, suas competências etc. (7.2/pag.17)

6.26 - Tais exigências tornam indispensável a cuidadosa seleção e preparação de pessoal. Por isso mesmo, a admissão de pessoal no MEB é condicionada a treinamentos e estágios especializados. (3.3/pag.11)

6.27 - Conforme deixam bem claro as Normas e Diretrizes (Publicação 1.2) o pessoal do MEB é indicado pelo Bispo Diocesano. O treinamento seletivo fica a cargo da Equipe Nacional ou, onde existe, da Equipe Estadual. O trabalho do MEB tem características próprias, exigindo qualificações peculiares, que implicam numa visão de educação como promoção integral do homem e, especialmente, no diálogo constante com as comunidades. Por outro lado, as técnicas de trabalho vão, desde o levantamento de áreas, treinamento de monitores e animadores, organização de reuniões com comunidades, planejamento e emissão de aulas, à supervisão. (8.5/pag.2)

6.28 - Se é difícil, em qualquer área do país, encontrar pessoal capacitado em educação de adultos, mais difícil se torna encontrar educadores que tenham uma perspectiva de educação como processo que leve a formar o homem para sua realização como pessoa humana. Mais grave se torna a situação quando, a essas dificuldades, se soma a falta de possibilidade de pagar um justo salário às pessoas de quem se exige formação cristã, alto nível profissional e perspectiva pedagógica correta. Como norma, o MEB procurou contornar este problema recorrendo a pessoal que contasse com a melhor formação possível, inteligência, capacidade de iniciativa e de trabalho. Dentro dos condicionamentos a que está sujeito, conta o MEB, hoje, com um quadro técnico, capacitado a atender às necessidades de promoção do homem rural. O mecanismo de organização a que chegou tenta equilibrar a eficiência do conjunto e a participação do pensamento das bases, aí se incluindo as equipes nos diversos níveis e mais os monitores e líderes. O entusiasmo e a confiança de todos os que trabalham no MEB é que explica os resultados verdadeiramente espantosos d'esses anos de atividades. Mas, o que permite ao MEB transformar em realidade o que o inspirou, foi o fato de o MEB responder aos anseios mais profundos das populações junto às quais trabalha. (8.5/pag.3)

6.29 - O MEB conta, atualmente, com 434 funcionários, número ainda insuficiente para atender a tôdas as solicitações de trabalho. Por outro lado, tôda sua ação educativa é realizada com a participação dos monitores e de outros líderes, os quais desenvolvem um trabalho voluntário em suas comunidades. Estimamos em 5.000 o número d'esses líderes. Adicionando-se o número de funcionários, somos cerca de 5.434 pessoas dedicadas ao trabalho do MEB. (5.1/pag.12)

## CONCLUSÃO

=====

6.30 - O III Encontro Nacional de Coordenadores, reunido de 25 de abril a 5 de maio do corrente ano (1966), aprovou, pela unanimidade de seus participantes, o documento seguinte:

"Em abril-maio de 66, os Coordenadores dos Sistemas Estaduais e Isolados reuniram-se, no III Encontro de Coordenadores do MEB, para levantamento, reflexão e consequente avaliação do que tem sido o trabalho do MEB e seu significado para o homem da zona rural.

Constatamos que:

- o MEB, em tôdas as suas áreas de atuação tem sido cada vez mais aceito pelo povo, sendo por ele considerado, em muitos lugares, como o único instrumento de comunicação voltado para as suas aspirações reais;
- o MEB tem conseguido uma comunicação com êste povo, cada vez maior, através de tôdas as formas de sua ação educativa, que se tem mostrado eficiente e reconhecida pelo povo;
- o trabalho educativo tem-se mostrado capaz de mudanças reais nas comunidades e nos homens rurais, através da consciência sempre maior e clara de responsabilidades comunitárias;
- a história e evolução dêste trabalho com o povo tem dado ao Movimento uma capacitação real de suas equipes em matéria de educação, o que tem sido reconhecido claramente pelas Entidades Regionais, pelo Ministério da Educação e por Organismos Internacionais, onde tem tido viva repercussão.

Diante destas constatações e dentro da visão que temos de MEB, atribuímos sua eficácia:

- à tentativa de identificação crescente com as aspirações do Povo;
- a ser um trabalho educativo que, gradativamente, passa a ser assumido pelo povo que se vai tornando agente de sua própria promoção;

- a contar com pessoal profissional cada vez mais tènicamente capacitado, dentro de uma mesma orientaçaõ nacional (que se propõe a uma revisãõ constante);
- à possibilidade de troca de experiências e reflexãõ para aprofundamento constante do trabalho;
- à consequente elaboraçãõ e ao uso de técnicas e métodos pr<sup>o</sup>prios do MEB, comuns em t<sup>o</sup>das as áreas de atuaçãõ;
- a uma centralizaçãõ de esforços atrav<sup>e</sup>s de uma coordenaçãõ nacional, que garanta uma mesma perspectiva de trabalho e mantenha uma autonomia global, uma vez que o MEB nasceu como resposta a uma problemática de âmbito nacional.

Levando em conta tudo isto, neste III Encontro de Coordenadores reafirmamos:

- a validade do trabalho do MEB no Brasil de hoje;
- a disposiçãõ de continuar dentro de uma unidade nacional de linha de trabalho, metodologia e estrutura, sejam quais forem as fontes financeiras.

- Concluimos por unanimidade:

- necessidade de manter a unidade nacional, enquanto linha de trabalho, estrutura, metodologia e autonomia administrativa global.

\* \* \*

## VII - UM SISTEMA RADIOEDUCATIVO

- . IDÉIA GERAL
- . ESTUDO DE ÁREA
- . TREINAMENTO
- . SUPERVISÃO
- . PROGRAMAÇÃO RADIOFÔNICA
- . A EQUIPE
- . CONCLUSÃO

Este capítulo pretende mostrar apenas os principais trabalhos de um Sistema de Educação de Base em funcionamento. Evidentemente, cada Sistema, com sua Equipe, possui sua originalidade e características específicas.

### IDÉIA GERAL

7.1 - O Sistema Radioeducativo é constituído por uma rede de núcleos com recepção organizada de programas educativos especialmente elaborados, com supervisão periódica, com trabalho de comunidade e escola.

Para o funcionamento desses Sistemas são necessários: - um estudo prévio da área em que se vai atuar; - a escolha e o treinamento de pessoal das próprias comunidades para a direção das atividades, - a realização de uma supervisão periódica que acompanhe o desenvolvimento das escolas e comunidades e a eficácia da programação. Para efetuar estas tarefas, cada Sistema conta com uma Equipe Local especialmente treinada e equipada. O número de equipes e sistemas é resultante da necessidade de o trabalho de educação de base adequar-se perfeitamente às realidades locais. Essa adequação é conseguida através da descentralização da programação educativa, o que torna mais simples e eficiente o trabalho. O atendimento de áreas mais homogêneas permite precisão maior na comunicação da mensagem do MEB, que se torna, assim, adaptada às especificidades das diversas áreas. (3.3/pag.16).

7.2 - Nesse sentido, a r ede de emissoras que transmite a programac o e educativa do MEB   fundamental para o trabalho. Teoricamente, cada Sistema deveria realizar o trabalho de producao e emissao de programas, mas há Sistemas em que as equipes utilizam a programac o de um Sistema próximo por não disporem de emissora. Isso implica em que essas equipes estejam continuamente relacionadas com o Sistema emissor, a fim de possibilitar que os programas atendam, simultaneamente, a mais de um Sistema. (3.3/pag.16)

7.3 - Para elaborar seu programa de atuac o, a Equipe Local empreende um levantamento da área a ser atingida, usando técnicas de estudo de  rea. Durante este trabalho, as comunidades são, ao mesmo tempo, motivadas para participarem da acao educativa do MEB, enquanto a Equipe colhe dados para a selecao de futuros animadores voluntarios das comunidades. Delimitada a área de atuac o, a Equipe Local treina os futuros animadores e planeja, com eles, o trabalho a ser executado. Iniciada a acao, a Equipe mantem contatos constantes com as comunidades em que se desenvolve o programa, supervisionando e coordenando todo o trabalho. (3.3/pag.3)

### ESTUDO DE ÁREA

7.4 - Localizadas, num planejamento inicial, as possiveis áreas prioritarias para o trabalho, nelas serao realizados os Estudos de área. (2.4/pag.7)

7.5 - Estudo de área   o levantamento da situacao e a interpretacao das realidades economica, social, politica, educacional e regional de uma determinada área geografica, visando conhecer as comunidades ali existentes para assessora-las em seu desenvolvimento. (8.1/pag.1)

7.6 - No funcionamento do Sistema Radioeducativo   essencial a adequacao da programacao   realidade das comunidades a que ela se dirige. Por isso, o trabalho do MEB exige o conhecimento prévio dos problemas, das necessidades e dos recursos existentes nas áreas a serem atingidas, como uma fase necessaria para fundamentacao de todo o trabalho posterior. Este estudo, que antecede a criacao de núcleos nas comunidades  , continuamente, atualizado nas visitas constantes das equipes locais.

Normalmente, essas primeiras visitas, para levantamento da situacao geral das áreas a serem atingidas pelo MEB são aproveitadas para a motivacao geral das comunidades. Essa motivacao   sempre realizada no sentido de fazer a populacao local encarar sua educacao como algo possivel e necessario para a verdadeira promocao de suas comunidades. Devido ao grande interesse geralmente demonstrado pelas comunidades, essa mesma fase de trabalho já permite a localizacao de um núcleo. (3.3/pag.26)

7.7 - A importância desta atividade, antes de qualquer outra, deve ser sempre levada em conta, pois:

- é a única forma de termos dados realmente válidos sobre as condições de cada comunidade a ser atingida, sobre seus recursos, valores culturais, problemas fundamentais e pontos básicos por onde iniciar os trabalhos;
- é a única maneira de possuímos suficiente conhecimento da comunidade, para resolver sobre a conveniência de um trabalho a ser ali realizado. Em caso positivo, é a melhor maneira de encontrarmos material suficiente para iniciar um trabalho sério, válido, autêntico, baseado em dados realmente objetivos e não fruto apenas de nossas suposições;
- é a única forma de conseguirmos obter elementos sobre a situação da comunidade, antes de se iniciar o trabalho. Estes dados nos possibilitarão uma comparação precisa com estágios posteriores, correspondentes a fases diversas dos trabalhos.

É também este Estudo de Área, o responsável por duas funções importantes, quanto aos futuros animadores. Será o ponto de partida para a descoberta dos primeiros líderes que deverão assumir os trabalhos futuros. Será, também, a fonte de onde serão tirados dados da realidade local a serem transmitidos a estes líderes e colocados em diálogo através de reuniões e de debates com a comunidade. (2.4/pag.7)

### TREINAMENTO

7.8 - O que caracteriza, essencialmente, os treinamentos do MEB, é o método empregado. Consiste em situar os educandos em situações-problemas, análogas às situações que se apresentam no trabalho, a serem resolvidas em grupo.

Tal método implica, portanto, na participação ativa dos educandos no processo de aprendizagem, o que permite um melhor rendimento na ação educativa. Além disso, tem-se mostrado adequado à especificidade do trabalho do MEB, apesar da pequena duração dos cursos.

(3.3/pag.14)

7.9 - Depois de algum tempo de trabalho será então necessário realizar novos treinamentos. Estes terão uma dupla finalidade: retreinar os antigos animadores que, a esta altura, diante dos progressos da comunidade terão que responder a exigências muito maiores e treinar novos líderes que irão aparecendo no correr do processo. (2.4/pag.9)

7.10 - Descobertos e motivados, selecionados e despertados para o processo, estes líderes são treinados de acordo com suas próprias opções, no sentido de assumirem, progressivamente, os trabalhos nos seus campos de escolha. Estes treinamentos devem centralizar-se no desenvolvimento da atitude crítica dos participantes, acentuando a mística da mudança, fundada numa hierarquia de valores. Deve colocar os treinandos conscientes diante da realidade brasileira, suas exigências e suas injustiças, bem como a luta positiva, necessária a uma transformação desta realidade. Devem os treinamentos abrir uma perspectiva ampla do mundo. Ao lado destes elementos, será preciso fornecer os primeiros dados de ação em grupos e desenvolvimento prático do processo de Animação Popular. Neste sentido, o treinamento deve fornecer ainda, técnicas de debates, deve desenvolver, entre os treinandos, uma autêntica consciência comunitária, deve estimular e aperfeiçoar lideranças válidas desenvolvendo a capacidade de crítica e Animação.

Como os animadores terão a seu cargo despertar a comunidade para um assumir-se, a partir de trabalhos concretos, é nesta perspectiva de ação que os treinandos devem ser orientados. Assim, os treinamentos devem evitar um desenvolvimento apenas intelectual, favorecendo o fortalecimento de novos hábitos, válidos para o trabalho de Animação num compromisso conscientemente aceito e destinado a ser sistematicamente vivido daí para a frente. (2.4/pag.8)

7.11 - O MEB realizou, nestes cinco anos, 518 treinamentos de líderes e de monitores, num total de 13.771 treinandos.

7.12 - O treinamento mais importante que o MEB realiza é incomensurável. Além do trabalho de cada dia, durante vários anos, há os programas especiais, as supervisões, as publicações especiais para os monitores, as reuniões etc.

### SUPERVISÃO

7.13 - Para efetivar um diálogo constante com os camponeses, o MEB desenvolve um trabalho de supervisão contínua às comunidades, que possibilita o contato direto das equipes com os monitores, os alunos e os líderes. Torna-se possível, assim, uma verificação continuada do desenvolvimento, do aproveitamento e da repercussão, nas comunidades, da programação educativa. Além disso, a supervisão permite a adequação constante da programação as necessidades, aos problemas e interesses locais. (3.3/pag.54)

7.14 - Normalmente, a supervisão é realizada, durante o período de aulas, quando, além da observação da escola, dos alunos e do monitor, tem-se, também o contato com os líderes e outros grupos das comunidades. Essas viagens são realizadas em grande número por cada

Sistema, ocupando, freqüentemente, dias seguidos, a fim de realizar itinerários mais econômicos. Com as dificuldades de meios de transportes e vias de comunicação nas áreas em que o MEB trabalha, estas viagens se tornam exaustivas, para as equipes de supervisão.  
(3.3/pag.55)

7.15 - A função dos assessores do MEB será de supervisionar, trocar idéias, informar sobre o que ocorre no país e no mundo, coordenar os trabalhos com outras entidades cuja validade seja comprovada, refletir com os líderes sobre o trabalho feito, os novos planos e o resultado das experiências concretas e mudanças na comunidade.  
(2.4/pag.9)

7.16 - Em virtude da importância que essas viagens assumem para o rendimento do trabalho, o MEB vem adquirindo veículos de diversos tipos para atender as necessidades dos Sistemas. Normalmente, são utilizados veículos do tipo Rural ou Jeep, mas são empregados, também, motonetas, lanchas e mesmo cavalos ou burros para a supervisão em determinadas áreas. (3.3/pag.55)

7.17 - Enquanto a Equipe Local tem em vista o trabalho em toda a área do Sistema e com êle se preocupa, o Supervisor Municipal se dedica, exclusivamente, ao trabalho em um determinado município. Dessa maneira, consegue-se, nos municípios em que há Supervisores Municipais, uma integração e participação muito mais efetiva na vida da comunidade. (3.3/pag.22)

### PROGRAMAÇÃO RADIOFÔNICA

7.18 - Cada sistema que emite programas radiofônicos, possui uma equipe de programação. Possuidora dos dados obtidos nos estudos de área, nas supervisões e dos elementos que as próprias comunidades fornecem, organizam um plano de curso para as escolas e dos programas para as comunidades. Escrevem todos os programas e os produzem segundo as técnicas e com os recursos usuais de rádiotransmissão. Quase sempre, neste trabalho, todos participam cada qual com seu tipo de trabalho e sua especialização. Tenta-se, cada vez mais, que as comunidades, os líderes, os alunos, os monitores, não só participem dos programas, mas colaborem no planejamento geral da produção.

7.19 - Procura-se conseguir a participação dos líderes e monitores na feitura dos programas (7.1/pag.6)

7.20 - Cada sistema é, por outro lado, uma unidade estrutural completa, com administração própria, finanças etc. A coordenação de cada sistema é responsável por esta administração de recursos, diante da coordenação nacional (ou estadual). Todo sistema é uma unidade de funcionamento do MEB.

7.21 - Uma das características do Sistema Radioeducativo é o seu caráter econômico. Além de empregar, comparativamente, pouco pessoal remunerado, torna-se possível centralizar muitos serviços, evitando despesas repetidas e desnecessárias. Dessa forma, o custo médio por escola e por aluno do MEB torna-se bastante reduzido. (3.3/pag.46)

7.22 - Os dados (Veja Publicação 8.6 e Capítulo VIII) permitem verificar o vulto da tarefa do MEB. Se considerarmos que, por intermédio do rádio, cada uma dessas aulas é multiplicada por um número determinado de escolas e comunidades, poderemos avaliar melhor a função do Sistema Radioeducativo dentro do problema educacional brasileiro. (3.3/pag.51)

#### A EQUIPE

7.23 - O trabalho do MEB tem características próprias, exigindo, por isso mesmo, qualificações peculiares de seus funcionários. Em primeiro lugar, é um trabalho educativo que exige, por isso mesmo, uma aptidão específica. Sendo além disso, um trabalho que implica na visão de educação como promoção integral do homem, exige, qualificações especiais para o diálogo constante com as comunidades. Por outro lado, as técnicas de trabalho que vão, entre outras, desde o levantamento de área, o treinamento de animadores, a organização de reuniões com comunidades, o planejamento didático, até a emissão de aulas e a supervisão, exigem um conjunto de especializações - algumas delas exclusivas do Movimento. (3.3/pag.10)

7.24 - Os treinamentos das equipes locais têm por objetivo, além da conscientização e capacitação dos treinandos, a seleção do pessoal que vai integrar as Equipes dos Sistemas de Educação de Base. Para esta seleção, além da observação sistemática do comportamento e do rendimento dos treinandos durante todo o treinamento, conta o MEB com psicólogos que aplicam diversos testes e realizam entrevistas individuais, permitindo, assim, seleção mais criteriosa e objetiva. (3.3/pag.17)

A utilização de técnicas especiais de trabalho em grupo (painel, círculos de estudos, discussão circular, sociodramas etc.), além de permitir o melhor rendimento do curso e o cumprimento, em tempo exíguo, do programa estabelecido, visa ao desenvolvimento da capacidade de trabalho em equipe, que é essencial para o funcionamento do MEB. É possível, dessa forma, contar-se, no final do treinamento, com equipes em início de integração. Isso permite o cumprimento, em condições favoráveis, do planejamento de atividades elaborado nesta ocasião. (3.3/pag.17)

7.25 - Para as equipes locais, realizou o MEB, de 1961 a 1965, 35 treinamentos, com 805 treinandos (Veja Capítulo VIII).

## CONCLUSÃO

7.26 - "... E, como é meu costume, vou aproveitar estas ocasiões para falar alguma coisa de nosso famoso MEB; vou fazer uma comparação para mostrar de que maneira eu compreendo o mesmo: comparo a equipe central como o semente; os líderes é a terra a ser plantada, e a equipe sai a procurar onde plantar a semente, encontra terras que ela mesma prepara, planta uma sementezinha, a semente nasce e cresce com a assistência do sementeiro, dá frutos mais abundantes, que vão "madorecendo" e caem novamente na terra, muitas vezes não precisam mais ser plantadas, basta o sementeiro zelar para que não fiquem abandonadas, e vamos chegar a um tempo em que toda a terra tem sua semente nativa. É assim o meu modo de interpretar o Movimento de Educação de Base..." (Discurso de um camponês, numa festa de comunidade - 1966) (8.4/pag.20).

\* \* \*

## VIII- O MEB EM NÚMEROS

- NÚMERO DE SISTEMAS DO MEB DE 1961 A 1965
- PESSOAL DO MEB DE 1963 A 1965
- EMISSORAS À DISPOSIÇÃO DO MEB DE 1961 A 1965
- TREINAMENTOS DE EQUIPES LOCAIS E DE ANIMADORES
- NÚMERO DE EERR POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO ATINGIDAS PELO MEB, DE 1961 A 1965
- ALUNOS DO MEB DE 1961 A 1965
- NÚMERO DE ALUNOS POR CICLOS
- NÚMERO DE ALUNOS POR IDADE
- EVASÃO DE ALUNOS
- TESTES DE APRENDIZAGEM
- CUSTO MÉDIO DE ESCOLAS E ALUNOS CONCLUÍNTES DE 1961 A 1965
- RECURSOS FINANCEIROS DE 1961 A 1965 E PREVISÃO PARA 1966

O capítulo VIII pretende mostrar o que foi a experiência do MEB nestes cinco primeiros anos, em dados quantitativos, ora em números, ora em tabelas ou gráficos.

Os dados aqui reunidos foram extraídos de relatórios anuais e são uma síntese do documento oficial apresentado ao Ministério da Educação e Cultura, como prestação de contas de cinco anos, em março de 1966.

Queremos, de antemão, dizer que esta seleção de dados possui duas deficiências básicas. Em primeiro lugar, nem tôdas as experiências computáveis, quantitativamente, constam aqui. Um serviço de Avaliação só pouco a pouco foi montado e aparelhado para isso. Em segundo lugar, e para nós o mais importante, os principais tipos de trabalho do MEB nem sempre são computáveis em números, e especialmente aquêles que dizem respeito aos trabalhos de comunidade e animação popular. Por isso, a quase totalidade dos dados, neste capítulo, dizem respeito ao trabalho através de escolas radiofônicas.

Depois de têrmos estudado todos êstes dados, certamente concluiremos que êles não representam, de maneira alguma, uma avaliação do trabalho, não só pelo que explicamos acima, mas, principalmente, porque os frutos de um trabalho educativo são, muitas vêzes, qualitativos e só se colhem muito tempo depois.

### NÚMERO DE SISTEMAS DO MEB DE 1961 A 1965

8.1 - O quadro do número de sistemas espelha não apenas a área de atuação do MEB, mas, de certa forma, a história de seu funcionamento.

Nota-se a preocupação de se atingir as áreas subdesenvolvidas pelo aumento sucessivo do número de sistemas de educação de base (o que significa atendimento organizado, uma equipe de trabalho, com condições eficientes de funcionamento), cumprindo-se os compromissos com o Governo Federal e os objetivos do Movimento.

Assim, de 11 sistemas, em 1961, o MEB chega a 31, em 1962, a 59, em 1963, atingindo o Nordeste, parte da Região Leste e parte da Região Amazônica. A expansão de 1962 e 1963 seguir-se-ia um período de aprofundamento nas atividades, para maior produtividade.

No entanto, as restrições financeiras exigiram a interrupção do funcionamento de vários sistemas o que reduz seu número para 55, em 1964 e 51, em 1965. Note-se que além da reabertura desses sistemas interrompidos houve solicitação para funcionamento em várias outras áreas, o que foi impraticável.

Dessa maneira, o número de sistemas diminui, já que é função dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Em 1965 o Plano de Trabalho vetava a abertura de qualquer sistema novo, perspectiva que se manteve.

SISTEMAS DE EDUCAÇÃO DE BASE DE 1961 A 1965  
POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	EM FUNCIONAMENTO EM DEZEMBRO				
	1 9 6 1	1 9 6 2	1 9 6 3	1 9 6 4	1 9 6 5
1. AMAZONAS			1. Manaus 2. Tefé	1. Manaus 2. Tefé 3. Coarí	1. Manaus 2. Tefé 3. Coarí
2. P A R Á	1. Bragança	1. Bragança 2. Conc. Araguaia	1. Belém 2. Bragança 3. Conc. Araguaia	1. Conc. Araguaia 2. Santarém 3. Belém 4. Bragança	1. Conc. Arag. 2. Santarém 3. Bragança
3. MARANHÃO		1. São Luis	1. São Luis 2. Caxias 3. Viana	1. São Luis 2. Viana	1. São Luis 2. Viana
4. P I A U Í		1. Teresina	1. Teresina	1. Teresina	1. Teresina
5. C E A R Á	1. Sobral	1. Fortaleza 2. Crato 3. Sobral 4. Lim. do Norte	1. Fortaleza 2. Crato 3. Sobral 4. Lim. do Norte	1. Fortaleza 2. Crato 3. Sobral 4. Lim. do Norte	1. Fortaleza 2. Crato 3. Sobral 4. Lim. do Norte
6. R.G.NORTE	1. Natal	1. Natal	1. Natal 2. Caicó 3. Mossoró	1. Natal 2. Caicó 3. Mossoró	1. Natal 2. Caicó 3. Mossoró
7. PARAÍBA			1. Cajazeiras	1. Cajazeiras	
8. PERNAMBUCO	1. Itacuruba 2. Nazaré 3. Petrolina	1. Recife 2. Afog. Ingazeira 3. Caruaru 4. Nazaré da Mata 5. Petrolina 6. Itacuruba	1. Recife 2. Afog. Ingaz. 3. Caruaru 4. Garanhuns 5. Itacuruba 6. Nazaré Mata 7. Pesqueira 8. Palmares 9. Petrolina	1. Recife 2. Afog. Ingaz. 3. Caruaru 4. Garanhuns 5. Pesqueira 6. Petrolina 7. Nazaré Mata 8. Itacuruba	1. Recife 2. Afog. Ingaz. 3. Caruaru 4. Garanhuns 5. Pesqueira 6. Petrolina 7. Nazaré Mata 8. Floresta

9. ALAGOAS T	1.Penedo	1.Maceió 2.Penedo	1.Maceió 2.Penedo	1.Maceió	1.Maceió
10. SERGIPE	1.Aracaju	1.Aracaju	1.Araçaju 2.Estância 3.Propriá	1.Aracaju 2.Estância 3.Propriá	1.Aracaju 2.Estância 3.Propriá
11. BAHIA	1.Salvador	1.Salvador 2.Amargosa 3.Barra 4.Caetité 5.Feira Santana 6.São Gonçalo 7.Ilhéus 8.Rui Barbosa 9.Senhor Bonfim 10.Vit.Conquista	1.Salvador 2.Amargosa 3.Barra 4.Caetité 5.Feira Santana 6.São Gonçalo 7.Juaseiro 8.Rui Barbosa 9.Ilhéus 10.Vit.Conquista 11.Senhor Bonfim	1.Salvador 2.Amargosa 3.Barra 4.Caetité 5.Feira Santana 6.Ilhéus 7.Ruy Barbosa 8.S.Gonçalo 9.Senhor Bonfim 10.Vit.Conquista 11.Juazeiro	1.Salvador 2.Amargosa 3.Caetité 4.F.de Santana 5.Rui Barbosa 6.São Gonçalo 7.S.Bonfim 8.Vit.Conquista 9.Juazeiro
12. MINAS GERAIS		1.Gov.Valadares	1.Arassuaí 2.B.Horizonte 3.Caratinga 4.Gov.Valadares 5.Juiz de Fóra 6.Luz 7.Marliéria 8.Montes Claros 9.Monte Santo 10.Oliveira 11.Pará de Minas 12.Teófilo Otoni 13.Três Corações 14.Vicosa	1.Arassuaí 2.B.Horizonte 3.Juiz de Fóra 4.Luz 5.Marliéria 6.M.Claros 7.Monte Santo 8.Oliveira 9.Pará de Minas 10.Teófilo Otoni	1.Arassuaí 2.B.Horizonte 3.Juiz de Fóra 4.Luz 5.Marliéria 6.M.Claros 7.Monte Santo 8.Oliveira 9.Pará de Minas 10.Teófilo Otoni
13. GOIÁS	1.Goiânia	1.Goiânia	1.Goiânia	1.Goiânia	1.Goiânia
14. MATO GROSSO		1.Campo Grande	1.Cuiabá	1.Cuiabá	1.Cuiabá
15. RONDÔNIA T				1.Porto Velho 2.Guajará Mirim	1.Porto Velho 2.Guaj.Mirim
T O T A I S:	8 Estados 11 Sistemas	12 Estados 31 SistemasY	14 Estados 59 Sistemas	15 Estados 55 Sistemas	14 Estados 51 Sistemas

## PESSOAL DO MEB DE 1963 A 1965

8.2 - É no quadro de pessoal do MEB que recai a razão principal da eficiência de seu trabalho, nesses 5 anos.

Em virtude da permanência de dificuldades financeiras, o plano de trabalho, para 1965, recomendava, como meta, manter o mínimo de pessoal indispensável para a realização dos trabalhos. Além da não admissão de novos elementos (ressalvados os casos de substituição), o plano recomendava ainda que se tentassem tôdas as possibilidades de requisição, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Observa-se, assim, que permaneceu o número de funcionários praticamente estacionário, entre dezembro de 1964 e dezembro de 1965. No entanto, na realidade, as limitações financieras sofridas pelo Movimento em 1965 forçavam a diminuição de funcionários hora (muitos passando de tempo integral a parcial, os requisitados colaborando apenas com o horário oficial da repartição de origem, etc.), em quase todos os Sistemas, inclusive no Secretariado Central. Além disso, o Movimento não teve condições de reajustar remunerações, de acôrd<sup>o</sup> com a alta do custo de vida, ao mesmo tempo que o mercado de trabalho solicitava êsses técnicos em condições bem mais vantajosas, financeiramente. Não fôsse a dedicação dêsses funcionários e se tornaria impossível obter os resultados alcançados.

QUADRO DE PESSOAL DO MEB  
NOS ANOS DE 1963, 1964, 1965

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1 9 6 3	1 9 6 4		1 9 6 5
		MARÇO	DEZEMBRO	
AMAZONAS	10	15	23	22
P A R Á	5	27	22	28
MARANHÃO	4	24	6	10
PIAUI	17	12	14	11
CEARÁ	81	83	72	79
R.G.DO NORTE	43	40	36	35
PARAIBA	3	5	5	5
PERNAMBUCO	95	106	92	82
ALAGÓAS	21	22	12	10
SERGIPE	35	26	20	19
B A H I A	54	55	58	64
MINAS GERAIS	44	50	43	40
G O I Á S	20	24	24	16
MATO GROSSO	10	7	10	9
RONDÔNIA	4	4	-	11
TOTAL DE 15 UNIDADES	484	500	437	441
SECRETARIADO CENTRAL	47	42	32	29
TOTAL GERAL	531	542	469	470

## EMISSORAS À DISPOSIÇÃO DO MEB DE 1961 A 1965

8.3 - O Episcopado Brasileiro, ao criar o MEB, colocou à disposição do trabalho de Educação de Base a rêde de Emissoras instaladas ou em instalação, que possibilitariam a transmissão de programas educativos adequados às áreas a que se destinavam. Foi justamente esta multiplicidade de de emissoras, transmitindo programas para áreas próximas que tornou possível a eficiência na comunicação da mensagem educativa. As aulas radiofônicas têm que atingir o homem com seus problemas e suas experiências próximas, extremamente variadas, de região para região, de Estado para Estado e, muitas vezes, variadas, dentro do mesmo Estado.

Em 1965, funcionaram 29 emissoras transmitindo programas de Educação de Base em 14 Estados. Nota-se assim que, em cinco anos, o MEB ampliou a rêde de emissoras a seu serviço de mais do dôbro. Efetivamente, em 1961, o MEB contou com horários em 10 emissoras, chegando a 19, em 1962, 25 em 1963, 26 em 1964 e 29 em 1965.

EMISSORAS À DISPOSIÇÃO DO MEB  
PARA PROGRAMAÇÃO EDUCATIVA

Unidades da Federação	1961	1962	1963	1964	1965
Amazonas	-	-	-	1	3
Pará	1	1	2	2	3
Piauí	-	1	1	1	1
Ceará	2	4	4	4	4
R.G.Norte	1	1	3	3	3
Pernambuco	2	5	7	6	6
Alagoas	1	2	2	2	1
Sergipe	1	1	1	1	1
Bahia	1	2	2	2	22
Minas Gerais	-	1	1	2	1
Goiás	1	1	1	1	1
Mato Grosso	2	-	1	1	1
Rondônia	-	-	-	-	2
Total p/ano	10	19	25	26	29

## TREINAMENTOS DE EQUIPES LOCAIS E DE ANIMADORES

8.4 - Uma das preocupações principais do Movimento foi a preparação de pessoal especializado, pois não há experiências similares. Os treinamentos são instrumentos educativos de excepcional valor, pois visam à conscientização dos treinandos e sua capacitação para atividades específicas do MEB.

O MEB organizou êsses cursos intensivos para preparação ou aperfeiçoamento de suas equipes de trabalho, nos sistemas de educação de base, ou para a formação dos animadores que agiam em suas próprias comunidades (monitores, líderes, cooperativistas etc.).

Obvserve-se pelos quadros que, no ano de 1963, o MEB dedicou-se especialmente à preparação de pessoal para atender a expansão que então se verificava.

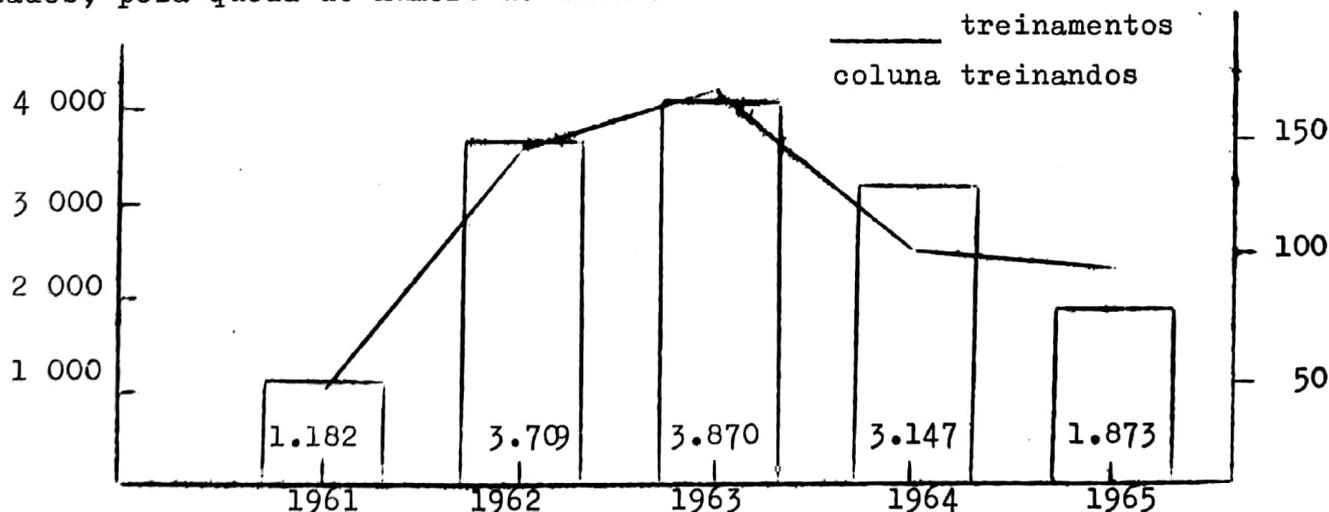
Esta capacitação foi, entretanto, preocupação de todos os anos, sendo obstada apenas pelas dificuldades ocasionadas não só pela insuficiência das verbas como também pelo recebimento irregular das mesmas.

Verifica-se, assim, que em 5 anos o MEB, em cursos de duração média de 10 dias, capacitou 805 pessoas de 16 Estados (15 da área do MEB e 9 pessoas de um Sistema Radioeducativo do R.G.do Sul, como assessoria técnica) para atividades técnicas e especializadas.

Além disso, 13.771 pessoas dos municípios do interior brasileiro participaram de 518 cursos (duração média de 4 dias) de formação de animadores populares, o que representa uma atividade educativa das mais importantes.

Observa-se que, nos anos de 1962 e 1963, mais regulares quanto às possibilidades de funcionamento, concentrou-se o maior número de treinamentos e treinandos.

Com muito esforço em 1964 ainda se realizaram 6 treinamentos de supervisores e 111 de animadores, mas o ano de 1965 expressa bem as dificuldades, pela queda do número de ambos.



TREINAMENTOS DE EQUIPES LOCAIS

DE 1961 A 1965

ESTADO	1961	1962	1963	1964	1965	TOTAL
AMAZONAS	-	-	28	-	-	28
P A R Á	-	-	17	-	2	19
MARANHÃO	4	-	60	-	10	74
PIAUI	17	-	2	-	2	21
CEARÁ	31	-	15	29	6	101
R.G.NORTE	-	-	22	-	-	22
PARAÍBA	-	-	3	-	-	3
PERNAMBUCO	25	37	72	42	27	203
ALAGOAS	-	26	-	-	-	26
SERGIPE	-	-	9	-	11	20
B A H I A	1	30	4	36	-	71
M. GERAIS	-	8	74	-	26	108
GOIÁS	15	1	8	-	-	24
M. GROSSO	-	33	8	13	2	56
RONDÔNIA	-	-	8	12	-	20
R.G. SUL	-	-	-	9	-	9
16 ESTADOS	* 4 ** 93	6 135	14 330	6 141	5 106	35 805

\* treinamentos

\*\* treinandos

TREINAMENTOS DE LÍDERES E MONITORES

Estados	1961 *		1962		1963		1964		1965 *		Total	
	a	b	a	b	a	b	a	b	a	b	a	b
Amazonas	-	-	-	-	-	-	4	156	2	84	6	240
Pará	2	80	1	65	3	205	8	432	4	141	18	923
Maranhão	-	-	2	52	14	220	3	59	-	-	19	331
Piauí	-	-	10	268	1	40	4	154	1	36	16	498
Ceará	1	50	33	797	3	72	10	228	21	362	68	1.509
R.G.Norte	20	700	31	960	47	750	22	594	1	11	121	3.035
Paraíba	-	-	2	40	2	41	-	-	-	-	4	81
Pernambuco	2	80	29	726	37	1.244	38	880	32	736	138	3.666
Alagoas	-	-	2	60	3	147	3	80	1	23	9	310
Sergipe	8	147	6	165	3	107	-	-	2	23	19	442
Bahia	2	75	14	390	28	599	2	76	15	264	61	1.434
M. Gerais	-	-	-	-	5	193	11	311	2	148	18	652
Mato Grosso	-	-	-	-	2	66	2	47	2	35	6	148
Goiás	1	50	5	186	5	186	4	130	-	-	15	552
Totais	36	1.182	135	3.709	153	3.870	111	3.147	83	1.863	518	13.771

\* aproximados

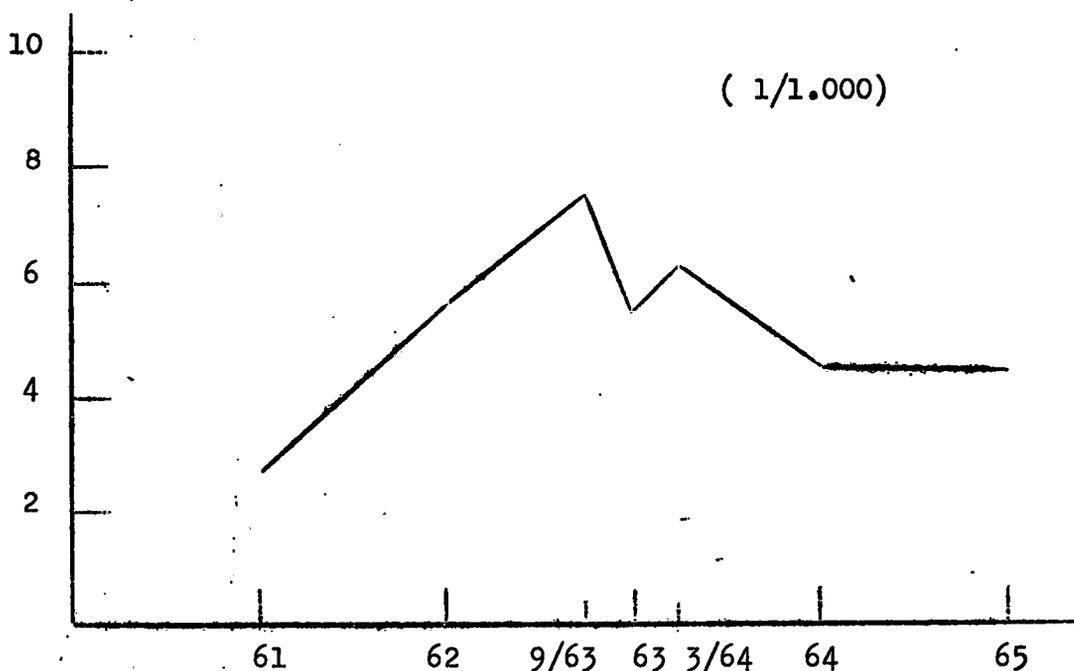
\*\* incompletos

a) treinamentos

b) treinandos

NÚMERO DE ESCOLAS RADIOFÔNICAS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO ATINGIDAS  
PELO MEB, DE 1961 A 1965

8.5 - Analisando o quadro do número de escolas, veremos que, em 1962, o MEB contava com 5.598 escolas, o que constituía um aumento considerável em relação ao ano anterior. Em setembro de 1963, um levantamento revelava a existência de 7.353 escolas, o que representava um aumento de 1.755 unidades ou 31%. Esse aumento foi bastante expressivo, pois, em vários Estados, o planejamento previa um trabalho de aprofundamento, em virtude do ritmo acelerado da expansão realizada no ano anterior. No entanto, em dezembro de 1963, esse número havia-se reduzido para 5.573 (ou seja, em 1.780 sôbre o número existente em setembro e 25 menos que em 1962). Dessa forma, tôda a expansão de 1962 em diante foi perdida em 4 meses.



Embora não fôsse previsto grande aumento no número de escolas radiofônicas para 1964, pretendia-se recuperar, pelo menos em parte, as escolas fechadas durante 1963, em virtude, principalmente do novo horário de "A VOZ DO BRASIL", que veio dificultar o horário das aulas para os camponês, tendo em vista seu pequeno tempo disponível. Dessa maneira, em fins de 1963 e início de 1964, foram radicadas 1.214 novas escolas. Assim, apesar das dificuldades financeiras do 1º semestre, em março o MEB contava com 6.218 escolas. A impossibilidade de atendimento normal a essas escolas durante os meses de abril, maio e junho, motivada pela crise política e o não recebimento de verbas de janeiro a julho de 1964, ocasionaram a queda desse número para 4.554 em dezembro de 1964.

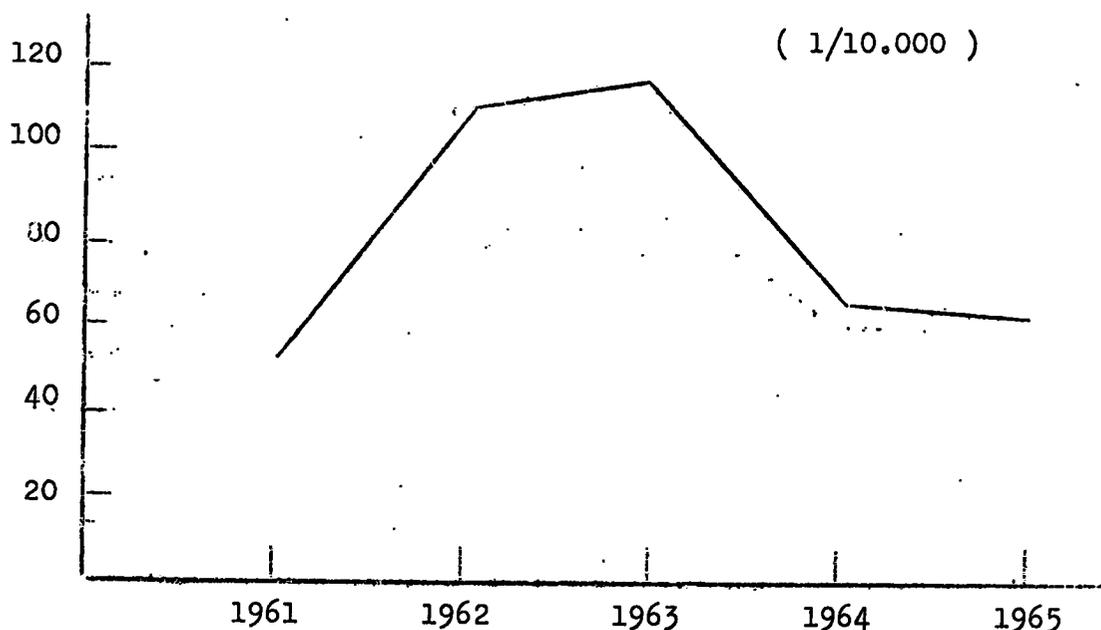
Devemos ressaltar que muitas escolas continuaram a funcionar apesar da ausência de supervisão por 6 meses ou mais, dando demonstração de vitalidade extraordinária.

Nº DE ESCOLAS RADIOFÔNICAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO ATINGIDA  
PELO MEB DE 1961 A 1965

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Nº EERR EM 1961	Nº EERR EM 1962	Nº DE EERR EM 1963		Nº DE EERR EM 1964		Nº DE EERR EM 1965
			SETEMBRO	DEZEMBRO	MARÇO	DEZEMBRO	
Amazonas	-	-	-	-	30	130	286
P a r á	75	362	500	500	705	548	765
Piauí	-	32	145	139	286	207	209
Ceará	941	1.666	1.217	950	883	781	708
R.G.Norte	1.083	1.327	1.524	945	1.111	955	795
Pernambuco	74	617	1.670	1.298	1.440	815	893
Alagoas	-	408	487	152	181	35	28
Sergipe	418	520	543	582	510	443	391
Bahia	70	386	898	700	700	368	256
M.Gerais	-	19	139	120	120	152	72
G o i á s	26	261	190	147	211	104	40
M.Grosso	-	-	60	40	83	60	79
Total	2.687	5.598	7.353	5.573	6.218	4.554	4.522

## ALUNOS DO MEB DE 1961 A 1965

8.6 - O quadro apresenta o número de alunos que, nos cinco anos, concluíram os cursos do MEB, não se computando, portanto, os alunos que frequentaram alguns períodos e se afastaram, nem os líderes ou grupos organizados na comunidade assessorados pelo Movimento. Em 5 anos, tendo em vista as ressalvas anteriores, verifica-se que o MEB atendeu a cerca de 400.000 pessoas que, diariamente, ouviram agrupados em milhares de casas iguais e próximas às suas próprias, aulas pelo rádio, receberam a atenção do monitor, a visita do supervisor e fizeram testes de aproveitamento.



Observa-se que o desenvolvimento das atividades do MEB de 1961 a 1963 era no sentido de crescimento e aprofundamento progressivo. Os anos de 1964 e 1965 constituem interrupção nessa linha pelas paralizações diversas e repercussões na continuidade da ação educativa. Dessa maneira, apesar da mudança de horários que impediu, cerca de 35.000 pessoas de frequentarem as aulas do MEB, impedimento que não significou, obrigatoriamente, um corte no trabalho educativo, em 1963 o MEB contou, em dezembro, com 111.066 alunos. Em 1964 a queda é brusca e reflete 3 meses de interrupção, sem supervisão. O trabalho de recuperação das escolas fechadas em 1963 recebe esse impacto e mais escolas fecham.

Em 1965, o planejamento de manutenção, de não ampliação é seguido à risca. A sobrevivência do MEB exige medidas drásticas que são cumpridas ocasionando, como resultado, a manutenção do nº de escolas e alunos praticamente inalterados.

ALUNOS CONCLUINTES DO MEB DE 1961 A 1965

Unidades da Federação	Em 1961	Em 1962	Em 1963	Em 1964	Em 1965	Total por Unidade da Federação
Amazonas	-	-	-	2.133	5.015	7.148
P a r á	974	6.200	6.902	7.124	7.210	28.410
Piauí	-	820	2.575	5.257	3.526	12.178
Ceará	11.366	40.634	21.502	12.705	10.039	96.246
R.G.Norte	18.544	16.288	18.482	11.115	8.160	72.589
Pernambuco	962	11.967	24.087	9.871	13.678	65.574
Alagoas	-	7.596	3.130	342	557	11.625
Sergipe	5.093	12.605	13.386	5.759	6.136	42.979
B a h i a	1.409	9.273	15.074	5.199	4.174	35.129
Minas Gerais	-	332	2.088	2.488	1.376	6.284
G o i á s	386	2.856	2.904	967	380	7.493
Mato Grosso	-	-	936	798	1.149	2.883
T o t a l:	38.734	108.571	111.066	63.758	61.409	383.538

Nº DE ALUNOS CONCLUINTES DAS ESCOLAS-RADIOFÔNICAS

DE 1961 A 1965

A n o	Nº de escolas em funcionamento em dezembro	Nº de alunos concluintes
1 9 6 1	2.687	38.734
1 9 6 2	5.598	108.571
1 9 6 3 *	5.573	111.066
1 9 6 4 **	4.554	63.758
1 9 6 5	4.509	61.409
		383.538

\* Em setembro de 1963 havia 7.353 escolas com aproximadamente 146.310 alunos.

\*\* Em março de 1964 havia 6.218 escolas com 88.761 alunos.

## NÚMERO DE ALUNOS POR CICLOS

8.7 - O quadro, juntamente com os índices de evasão, nos permitem observar a permanência dos alunos nas escolas radiofônicas. Tomando sempre o número dos alunos concluintes, verificamos que o MEB atingiu cerca de 300.000 pessoas em 1º ciclo e cerca de 90.000 em 2º ciclo, aí englobando resultados de 3º e 4º ciclos de alguns Sistemas. Embora a matrícula total de 2º ciclo não seja, necessariamente, de alunos antigos (há alunos que "entram" no 2º ciclo), sua maior incidência é, normalmente, de alunos do ciclo anterior. Pode-se observar que a preocupação de aprofundamento e manutenção do aluno na escola foi-se refletindo nos resultados. O importante não é ter centenas de milhares de alunos por alguns meses quando se sabe da necessidade de maior escolaridade, permanência e continuidade de ação educativa. Daí se alterarem as quantidades relativas de alunos de 1º e 2º ciclos, além de se alterarem em números absolutos. Os 11.000 alunos do 2º ciclo de 1962 já são 26.000 em 1963 e permanecem na faixa de 20.000 posteriormente. Dessa maneira é possível, ao MEB, contar com alunos por mais de 1 ano seguido, com resultados de aprendizagem melhores. (Esta preocupação levou o Movimento à formulação de livros de leitura especiais para os ciclos, por exemplo). Em alguns sistemas funciona até 4º ciclo, com nível equivalente a 3º ano primário rural, no que se refere à instrução ministrada.

### ALUNOS CONCLUINTES DO MEB DE 1961 A 1965 DISTRIBUIDOS POR CICLOS

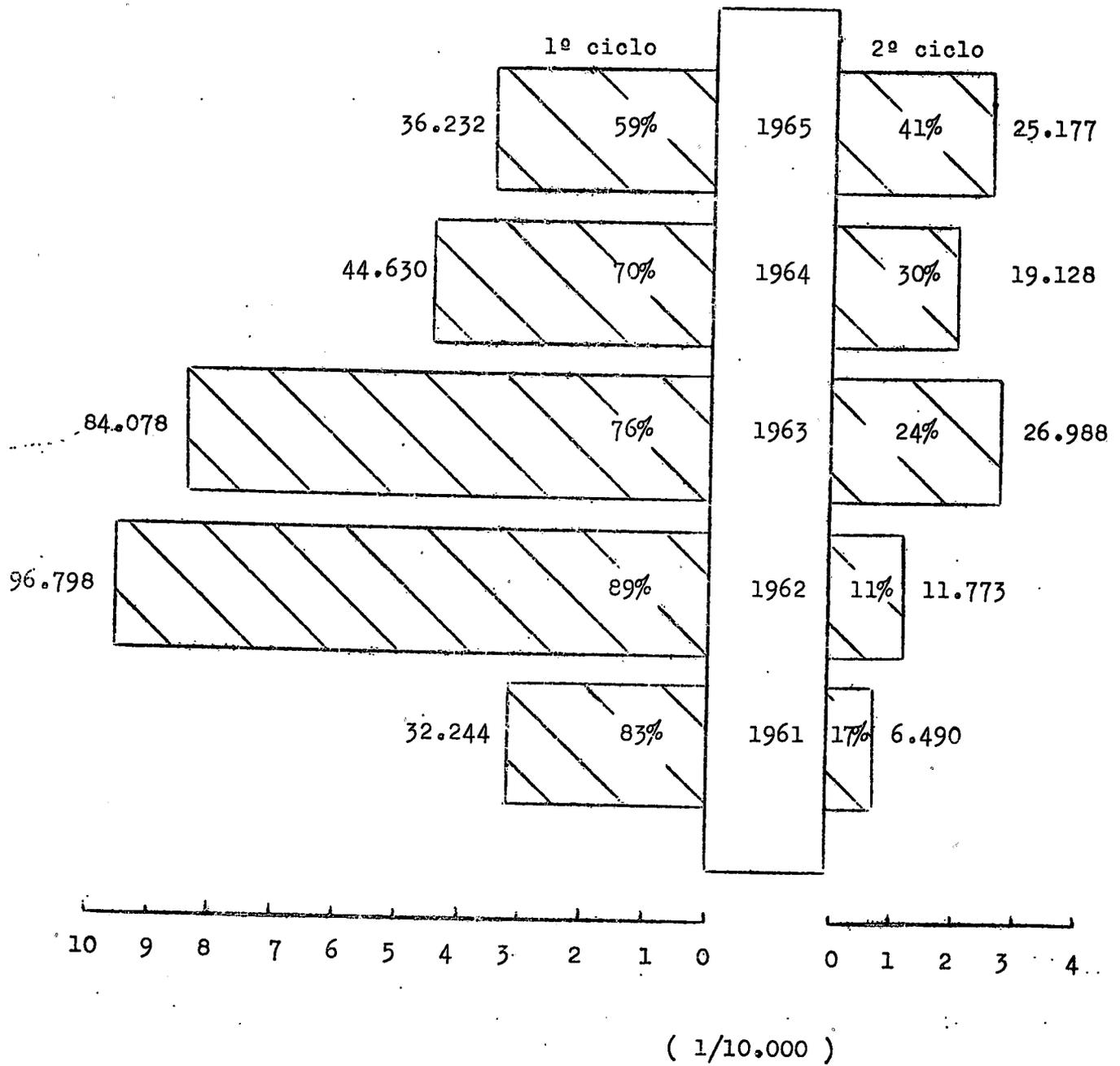
A n o	1º ciclo	%	2º ciclo	%	Total
1961	32.244	83	6.490	17	38.734
1962	96.798	89	11.773	11	108.571
1963 *	84.078	76	26.988	24	111.066
1964 **	44.630	70	19.128	30	63.758
1965 ***	36.232	59	25.177	41	61.409
Total	293.982	77	89.556	23	383.538

\* Em setembro as estimativas indicam 110.778 alunos de 1º ciclo e 35.532 de 2º ciclo.

\*\* Em março as estimativas indicam 61.132 alunos de 1º ciclo e 27.629 de 2º ciclo.

\*\*\* Estimativas.

M E B - ALUNOS CONCLUINTES POR CICLOS - 1961 - 1965  
(mil)



## NÚMERO DE ALUNOS POR IDADE

8.8- O MEB propôs-se a realizar um trabalho de Educação de Base para adolescentes e adultos, nas áreas subdesenvolvidas do país. Os quadros apresentam uma amostra realizada da distribuição do número de alunos por faixas de idade, nos anos de 1963 e 1964, em alguns sistemas e Estados. O quadro nº 1 demonstra a concentração dos alunos nitidamente entre 15 e 30 anos, o que exige especial atenção da programação para que possa atingir, realmente, seus objetivos.

O quadro nº 2 permite verificar, de forma mais nítida, a predominância de adolescentes e adultos nas escolas radiofônicas, mas apresenta um número apreciável de alunos menores de 15 anos.

Embora se dirija, particularmente, aos adolescentes e adultos não escolarizados, não pode nem deve o MEB impedir o acesso, à Escola Radiofônica, de crianças que teriam, em outras escolas, atenção e método mais adequados. O problema se apresenta sério em vista da dificuldade que as crianças da zona rural têm de frequentar as escolas tradicionais, quando existem, nos locais e horários em que funcionam. Em função disso tem ocorrido, às escolas radiofônicas, grande quantidade de crianças, que passam a ouvir aulas não preparadas especificamente para elas e é tal o interesse que conseguem superar os condicionantes negativos.

Em outros lugares, entretanto, as próprias comunidades percebem a necessidade de escolas especiais para crianças e os adultos se cotizam para pagar uma professora para uma escola rural em suas localidades.

AMOSTRA DO NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTES DISTRIBUIDOS  
POR FAIXA DE IDADE EM 1963 E 1964

Quadro nº 1

A n o	Nº Estados Computados	Nº Sstemas Computados	Campo de Amostra %	Número de alunos						
				Até 15 anos	%	15/30 anos	%	+de 50 anos	%	Total
1 9 6 3	6	17	48	12.863	24	32.294	61	7.964	15	53.221
1 9 6 4	5	6	24	574	4	11.815	79	2.470	17	14.859
	T			13.437	20	44.209	65	10.434	15	68.080

Quadro nº 2

A n o	Número de Alunos			
	- 15 anos	%	+ 15 anos	%
1 9 6 3	12.863	24	40.358	76
1 9 6 4	574	4	14.285	96
	13.437	20	54.643	80

## EVASÃO DE ALUNOS

8.9 - O quadro apresenta resultados de 2 anos, com as diferenças de número de alunos matriculados e os que concluíram o ano letivo em dezembro.

Esses dados permitem determinar que cerca de 25% dos alunos das escolas radiofônicas não concluem os cursos, por motivos vários, desde o horário inadequado às mudanças constantes de domicílio, às fases mais intensas da faina rural, às "panes" das emissoras etc.

Em 1963 o fator predominante, e comprovado, foi a alteração de horário de transmissão de "A Voz do Brasil", que impossibilitou milhares de pessoas de acompanharem os cursos do MEB. Apesar de todas as solicitações oficiais, não se conseguiu permissão para usar do horário de 19 horas para as transmissões educativas do MEB. Esse fator incidiu ainda, no início de 1964, como elemento desmotivante para o homem do campo. Juntamente com ele, a interrupção das atividades de supervisão das escolas, por cerca de 3 meses (abril/junho), impediu a retomada de todas as escolas fechadas e a volta dos alunos desestimulados e descrentes pela suspensão das atividades.

Nº DE ALUNOS MATRICULADOS CONCLUINTE  
EM 1963 E 1964

A n o	Nº de alunos Matriculados	Nº de alunos Concluintes (dezembro)	E v a s ã o	
			Nº de alunos	%
1963	146.310 *	111.066	35.244	24
1964	88.761 **	63.758	25.003	28
Total:	235.071	174.824	60.247	25

\* Dados aproximados de setembro de 1963

\*\* Dados de março de 1964

## TESTES DE APRENDIZAGEM

8.10 - Os resultados da ação educativa não podem ser medidos através de simples testes. Somente com levantamentos especiais será possível uma avaliação da eficiência global do trabalho do MEB, analisando a mudança de atitudes e o comportamento do educando e de sua comunidade. Isso não impede que se façam verificações de aprendizagem para controle e aperfeiçoamento da programação radioeducativa.

O quadro dá uma idéia, com uma pequena amostra, dos resultados de testes de verificação de aprendizagem em alguns Estados, de 1961 a 1965.

Os testes são elaborados pelas equipes dos sistemas, distribuídos às escolas e, posteriormente, recolhidos para correção.

O resultado médio acima de 80% de aproveitamento apresenta-se como um bom índice de aprendizagem, considerando-se que o total de testes computados é de 48.664.

### PEQUENA AMOSTRA COM RESULTADOS DE TESTES DE ALUNOS CONCLUINTES EM 1961, 1962, 1963, 1964 E 1965

A n o	Nº Sistemas	Campo de Amostra	Nº de testes computados nesta amostra	Aprovados	% Aprovação
1961	1	35%	11.835	10.577	89
1962	6	7%	7.736	7.025	91
1963	7	14%	16.346	12.053	74
1964	7	12%	7.788	6.788	87
1965	2	8%	4.959	3.902	78
T o t a l :			48.664	40.345 Y	83

RECURSOS = 1961 - 1965

	Verbas solicitadas mediante plano de aplicação	Verbas definidas pelo MEC	Verbas constantes do Orçamento Geral da União	Cortes efetuados	Verbas recebidas pelo MEB
	Ⓒ	Ⓒ	Ⓒ	Ⓒ	Ⓒ
1961	414.300.000	150.000.000	-	-	150.000.000
%	100	36,3	-	-	36,3
1962	604.190.000	584.190.000	584.190.000	-	584.190.000
%	100	96,6	96,6	-	96,6
1963	634.400.000	600.000.000	600.000.000	282.000.000	318.000.000
%	100	94,6	94,6	44,4	50,2
1964	782.000.000	782.000.000	782.000.000	234.600.000 * 566.950 235.166.950	546.833.050
%	100	100	100	30	70
1965	823.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	200.000.000	800.000.000
%	100	121,5	121,5	24,2	97,3
Total	3.257.890.000	3.116.190.000	2.966.190.000	717.166.950	2.399.023.050
%	100	98,7	91,2	73,6	73,6

\* Despesas Bancárias

RECEITAS DE CONVÊNIOS EFETIVADAS NOS  
EXERCÍCIOS, INCLUSIVE RESTOS A PAGAR DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

ÓRGÃOS	1 9 6 1	1 9 6 2	1 9 6 3	1 9 6 4	1 9 6 5	T O T A L
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	33.000.000	434.514.000	533.676.000	416.404.050	981.995.000	2.399.589.050
MINISTÉRIO DA SAÚDE	-	33.725.000	6.000.000	8.800.000	13.300.000	61.825.000
COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO	-	500.000	375.000	-	-	875.000
T O T A L	33.000.000	468.739.000	540.051.000	425.204.050	995.295.000	2.462.289.050

## RECURSOS FINANCEIROS DE 1961 A 1965

### PREVISÃO PARA 1966

8.12 - Em 1961 o MEB contou com Cr\$ 33.000.000 (trinta e três milhões de cruzeiros), dos quais Cr\$ 7.000.000 (sete milhões de cruzeiros) em fins de novembro, e Cr\$ 15.000.000 (quinze milhões de cruzeiros) em fins de dezembro. Como restos a pagar ficaram Cr\$ 105.225.000 (cento e cinco milhões, duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros).

Em 1962, o MEB recebeu os restos a pagar de 1961 e a verba prevista no Orçamento Geral da União, que era de Cr\$ 604.190.000 (seiscentos e quatro milhões, cento e noventa mil cruzeiros) sendo a dotação maior do Ministério da Educação e Cultura - Cr\$ 584.000.000 (quinhentos e oitenta e quatro milhões de cruzeiros), mas que sofreu o corte do Plano de Economia (40%), reduzindo-se a Cr\$ 350.514.000 (trezentos e cinquenta milhões, quinhentos e quatorze mil cruzeiros).

Cêrca de 75% da quantia total recebida no exercício, só o foi em fins de novembro e dezembro.

Em 1963, o MEB recebeu Cr\$ 239.676.000 (duzentos e trinta e nove milhões, seiscentos e setenta e seis mil cruzeiros), como restos a pagar de 1962. A verba principal solicitada foi cortada em 50%, reduzindo-se para Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros). Foi então assinado um termo aditivo para complementar a verba orçamentária, totalizando Cr\$... 519.000.000 (quinhentos e dezenove milhões de cruzeiros), a qual ainda foi reduzida para Cr\$ 509.925.000 (quinhentos e nove milhões, novecentos e vinte e cinco mil cruzeiros), dos quais foram recebidos apenas Cr\$ 300.375.000 (trezentos milhões, trezentos e setenta e cinco mil cruzeiros). Ficaram em restos a pagar, para 1964, Cr\$ 205.550.000 (duzentos e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil cruzeiros).

Em 1964, foram recebidos dos restos a pagar apenas Cr\$ 51.000.000 (cinquenta e um milhões de cruzeiros), ficando sem possibilidades de recebimento Cr\$ 158.550.000 (cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e cinquenta mil cruzeiros).

O orçamento previa Cr\$ 793.000.000 (setecentos e noventa e três milhões de cruzeiros), cortados para Cr\$ 556.200.000 (quinhentos e cinquenta e seis milhões e duzentos mil cruzeiros), dos quais foram recebidos apenas Cr\$ 374.204.000 (trezentos e setenta e quatro milhões e duzentos e quatro mil cruzeiros), pois os restantes Cr\$ 181.995.950 (cento e oitenta e um milhões, novecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) tiveram sua entrega prevista em parcelas mensais de janeiro a abril de 1965. Nota-se que da receita prevista de Cr\$ 1.002.550.000 (um bilhão, dois milhões, quinhentos e cinquenta mil cruzeiros), o MEB recebeu, no exercício de 1964, apenas Cr\$ 425.204.050 (42%), com as conseqüências previsíveis, considerando ainda que, de janeiro a julho de 1964 não se recebeu qualquer quantia. O MEB recebeu, de janeiro a abril de 1965, Cr\$ 181.995.000 (cento e oitenta e um milhões, novecentos

e noventa e cinco mil cruzeiros) restantes do convênio de 1964. Em virtude desse fato, foi possível um funcionamento regular nos primeiros meses do ano. No orçamento da União para o exercício de 1965, estava prevista, para o MEB, a dotação de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros) que foi cortada para Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros). Somente em 21 de julho de 1965 foi assinado o Convênio com o Ministério de Educação e Cultura e liberada a verba para o exercício de 1965/66. Tentou-se, no fim do exercício financeiro, obter-se do Ministério de Educação e Cultura a liberação de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) retidos em virtude do plano de economia, sem sucesso, entretanto.

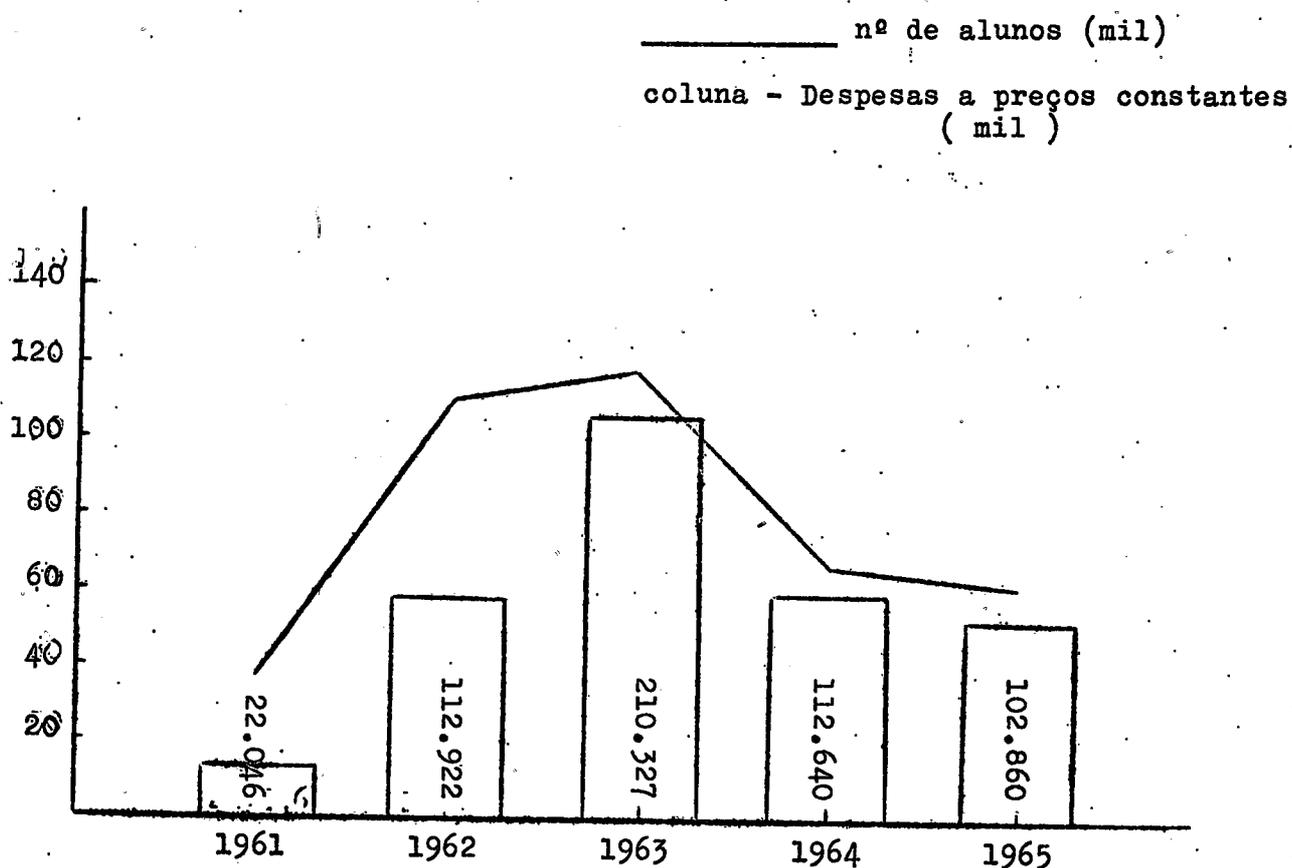
A demora na assinatura do convênio ocasionou a paralização dos trabalhos durante três meses, com conseqüências sérias, pois a ação educativa exige continuidade. Embora a verba fornecida, no exercício de 1964, possibilitasse o desenvolvimento de um plano de trabalho nos meses de maio de 64 a abril de 65, ainda foi possível, com o regime de contenção de despesas empregado, um regular atendimento no mês de maio. Em junho e julho, no entanto, já nada mais foi possível fazer senão aguardar as novas verbas. Estas irregularidades vêm comprometendo seguidamente as possibilidades de cumprimento normal dos planejamentos com as óbvias repercussões no trabalho. Em 1965, com o corte efetuado e a depreciação do valor da moeda (o plano de aplicação foi apresentado em janeiro de 1964, segundo normas legais), foi necessário, no II Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em março, tomar medidas drásticas de economia e contenção de despesas: não a abertura ou reabertura de Sistemas, corte nas despesas de pessoal, cortes nos orçamentos de verbas para outras despesas, redistribuição de equipamento, etc.

O primeiro planejamento efetuado, para atividades regulares, sem expansão, exigia a aplicação, de maio de 1965 a maio de 1966, de Cr\$ .... 998.000.000 (novecentos e noventa e oito milhões de cruzeiros), quando se contava apenas com Cr\$ 813.300.000 (oitocentos e treze milhões, e trezentos mil cruzeiros). As diversas reformulações e cortes posteriores permitiram a manutenção do trabalho em regime absoluto de economia, sem reposição de equipamentos necessários e suspendendo várias atividades importantes.

Esperava-se que 1965 fôsse um ano de crise, mas transitória. A verba solicitada para 1966 de Cr\$ 4.059.067.142, necessária à retomada normal das atividades, reaparelhamento etc., foi cortada para Cr\$ 1.200 milhões na proposta orçamentária da União para 1966 e cortada; novamente, para Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros), no Orçamento Geral da União, o que terá gravíssimas repercussões sobre as atividades do Movimento nas diversas áreas de trabalho. Desta maneira, da verba solicitada para o exercício de 1966 foram concedidos apenas 20%, que, tendo em vista o ano de restrições que foi 1965, são absolutamente insuficientes para o desenvolvimento normal das atividades.

A previsão se torna mais séria ainda com a notícia do corte de 30% sobre as verbas orçamentárias e que transforma os 4 bilhões solicitados em cerca de 560 milhões, ou seja, um pouco mais de 10% da verba solicitada.

M E B - Despesas totais dos exercícios a preços constantes de 1961



CUSTO POR ESCOLA E ALUNO DE 1961 A 1965

A n o	Desp. totais dos Exercícios a preços correntes de cada ano (milhões @)	Desp. totais dos Exercícios a preços constantes de 1961 (milhões de @) (*)	Nº de Escolas	Custo por Escola a preço corrente de cada ano	Custo por Escola a preços constantes de 1961 (*)	Nº de alunos	Custo por aluno a preços correntes de cada ano	Custo por aluno a preços constantes de 1961 (*)
1961	22.046	22.046	2.687	8.205	8.205	38.734	569	569
1962	172.550	112.922	5.598	30.824	20.171	108.571	1.589	1.040
1963	559.468	210.327	5.573	100.389	37.740	111.066	5.037	1.809
1964	575.589	112.640	4.554	126.392	24.734	63.758	9.028	1.766
1965	838.307	102.860	4.509	185.918	22.812	61.409	13.635	1.678

(\*) Os dados a preços constantes foram obtidos com a tabela de deflação da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se como base o ano de 1961.

## CUSTO MÉDIO DE ESCOLAS E ALUNOS CONCLUINTES DE 1961 A 1965

8.11 - O quadro apresenta as despesas do MEB, de 1961 a 1965, fazendo-se a correção pelos preços constantes de 1961, segundo tabela da Fundação Getúlio Vargas.

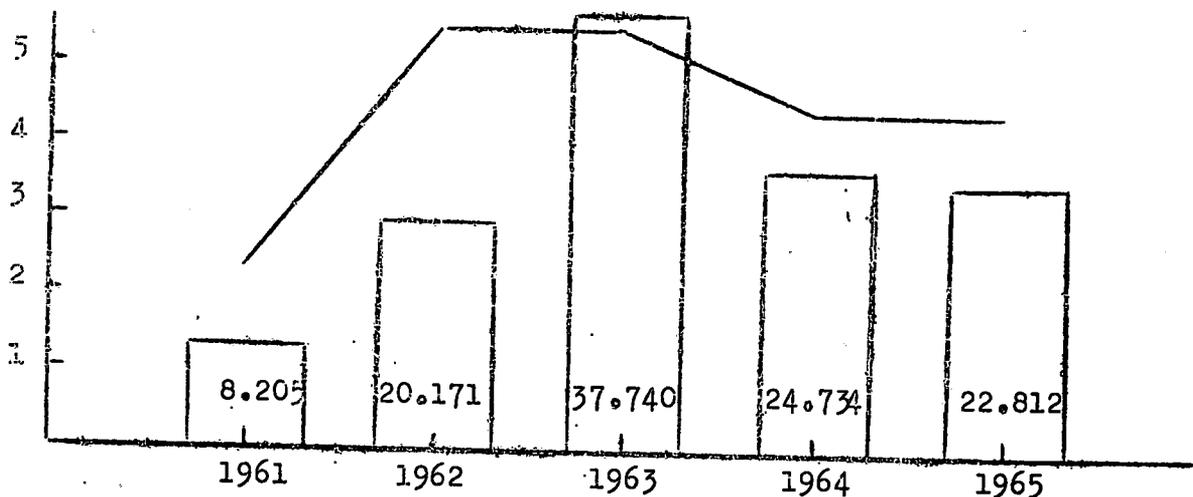
Atingindo área mais extensa, o MEB, em 1964 e 1965, manteve o trabalho com gastos menores, alcançando rendimento maior para cada cruzeiro despendido.

O fato é mais evidente quando se verifica que a despesa absoluta de 1964 é equivalente à de 1963, sendo, na realidade, quase a metade. Por outro lado, a quantidade de escolas e alunos, no fim do ano, reflete as dificuldades enfrentadas durante o exercício.

Analisando-se com as tabelas da Fundação Getúlio Vargas, vemos que os custos médios por escolas e alunos são inferiores, em 1964 e 1965, aos de 1963. Este fato vem evidenciar, mais uma vez, a insuficiência das verbas de 1964 e 1965 para a realização das atividades do MEB, pois, com um número de escolas e alunos inferior nesses anos aos de 1963, o custo médio/escola/aluno é inferior ao daquele ano. Os esforços exigidos nesse período foram enormes, como é óbvio. Como exemplo, foi impossível realizar reajustes de salários na medida desejável, o que exige grande dedicação dos funcionários solicitados a salários duas ou três vezes superiores, em outras organizações.

Se o MEB continuasse com o mesmo ritmo de expansão (para atender às necessidades das áreas mais subdesenvolvidas do país, onde muitas vezes só o MEB chegou como agência educacional), aparelhando suas equipes com material essencial etc., teríamos uma despesa, em 1964, de Cr\$ .... 1.073.000.000 (quase duas vezes a verba despendida) e, em 1965, de Cr\$ 1.710.000.000 (2 vezes a verba despendida) que seriam as quantias necessárias a manutenção da ação educacional do MEB no mesmo nível.

Com os recursos obtidos é claro que não foi possível crescer, desenvolver mas apenas manter com a menor perda possível, sem mesmo atender às exigências de crescimento intrínsecas ao próprio trabalho educativo, muitas vezes formuladas pelas próprias comunidades.



RECURSOS PARA 1966

	②	% da Verba Solicitada
Verbas solicitadas em 29/01/65 mediante plano de aplicação correspondente	4.059.067.142	100
Verbas definidas pelo Ministério de Educação na proposta orçamentária ao Congresso	1.200.000.000	30
Verbas aprovadas pelo Congresso no Orçamento Geral da União	800.000.000	20
Cortes efetuados pelo Ministério do Planejamento (30% do orçamento)	240.000.000	6
Verbas previstas	560.000.000	14

PUBLICAÇÕES NACIONAIS USADAS:

- 1.1\* - MEB - documentos legais (1963)
- 1.2 - MEB - diretrizes para o funcionamento (1964)
- 1.3 - MEB - sua origem, sua ação, seu conteúdo (1964)
- 2.1 - Educação e Conscientização (1963)
- 2.2 - Pessoa e Educação (1965)
- 2.3 - Notas sobre as Escolas Radiofônicas, seus objetivos, sua programação e sobre o desenvolvimento dos alunos (1966)
- 2.4 - Animação Popular (1965)
- 2.5 - Estudos de AnPo
- 3.1 - Relatório de 1961 (1962)
- 3.2 - Relatório de 1962 (1963)
- 3.3 - Relatório de 1963 (1964)
- 3.4 - Relatório de 1961 a 1965 (1966)
- 4.1 - "Viver é Lutar" (1964)
- 4.2 - Mensagem (1964)
- 4.3 - Justificação (1964)
- 4.4 - Fundamentação (1964)
- 4.5 - O Conjunto Didático "Viver é lutar" (1964)
- 5.1 - Programa de 1963 (1964)
- 5.2 - Instruções para a aplicação do Programa (1964)
- 5.3 - Programa de 1965 para as Escolas (1964)
- 5.4 - Mutirão I (1965)
- 5.5 - Mutirão II (1965)
- 5.6 - Fundamentação: 1ª parte: Cultura (1965)
- 5.7 - Fundamentação: 1ª parte: Estrutura Social (1965)
- 5.8 - Fundamentação: 2ª parte: Promoção Humana (1965)
- 5.9 - Mutirão Pra Saúde (1965)
- 6.1 - Grupos de Ação e Assessoria na Animação Popular (1966)
- 7.1 - Relatório do I Encontro de Coordenadores (1962)
- 7.2 - Relatório do II Encontro de Coordenadores (1964)
- 7.3 - Conclusões do III Encontro de Coordenadores (1966)
- 8.1 - Estudo de Área (1963)
- 8.2 - O Monitor (1963)
- 8.3 - Boletim Nacional nº 5 (1965)
- 8.4 - Relatório da Secretária Geral para o CDN (1966)
- 8.5 - Relatório do Presidente do MEB à Comissão Central da CNBB (1966)
- 8.6 - Relatório Sumário das Atividades do MEB de 1961 a 1965 entregues ao MEC (1966)

---

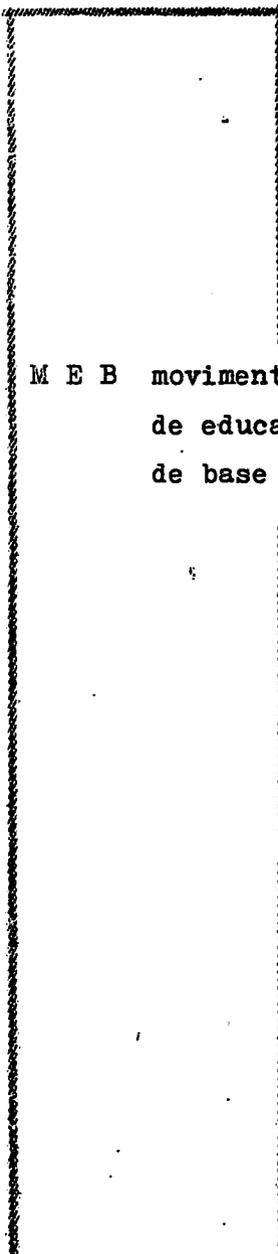
\* Estes números servirão para identificar as publicações a que se faz referência durante todo o trabalho.

MEB



PLANO  
DE  
TRABALHO

1  
9  
9  
5



M E B movimento  
de educação  
de base

MOVIMENTO  
DE  
EDUCAÇÃO  
DE  
BASE

PLANO DE TRABALHO PARA 1965

O Plano de Trabalho do MEB para 1965 é um documento elaborado no II Encontro Nacional de Coordenadores, realizado de 8 a 18 de março do corrente ano, no Rio de Janeiro e aprovado pelo Conselho Diretor Nacional, em sua reunião de 16 a 18 do mesmo mês.

É, tècnicamente, um instrumento de trabalho que, embora não responda, totalmente, a tódas as questões do Movimento, dá uma visão global do que se pretende atingir: para quem, como, onde, com que, por quem e quando. Deverá ser completado com os projetos estaduais e locais e com os projetos de âmbito nacional. Estes projetos, na medida do possível, irão sendo publicados e distribuídos, devendo ser anexados ao presente documento.

1. Introdução
2. Condicionantes da Política de Trabalho
3. Política de Trabalho
4. Áreas de Atuação
5. Metas
6. Previsão Financeira

## 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Origem do MEB

O Movimento de Educação de Base origina-se das experiências de educação pelo rádio, promovidas, no Nordeste, pelo Episcopado Brasileiro. Essas experiências foram realizadas por meio de um sistema educativo, através de emissões radiofônicas, que se mostrou adequado para a atuação nas áreas subdesenvolvidas, onde a escassez de comunicação, de recursos materiais e, principalmente, de recursos humanos, mantém a maioria da população em nível cultural, econômico e social incompatível com a dignidade humana.

Em 1961, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil elaborou um plano de estruturação nacional de um movimento educativo, baseado nessas experiências. Como resultado dos entendimentos então mantidos com o Governo Federal, a Presidência da República prestigiou a iniciativa da CNBB, através do Decreto 50 370, de 21 de março de 1961. Por esse decreto, ficou estabelecido que o Governo Federal, mediante convênios, que seriam firmados com o Ministério da Educação e Cultura e outros Ministérios e Órgãos da administração federal, forneceria os recursos para aplicação

no programa que a CNBB realizaria através do Movimento de Educação de Base, utilizando a rede de emissoras católicas.

A 17 de julho de 1963, a Presidência da República firmou o Decreto nº 52 267, que alterou alguns pontos do decreto anterior, revigorando os compromissos mútuos. Dessa maneira, o Governo Federal comprometeu-se a facilitar a concessão de canais radiofônicos às Dioceses que desejassem instalar emissoras para a transmissão de programas de educação de base, bem como a autorizar a requisição de funcionários federais e autárquicos para serviços julgados indispensáveis aos objetivos do Movimento. Permaneceu o sistema de convênios para a liberação de dotações orçamentárias necessárias à execução dos trabalhos do MEB. O Decreto introduziu, ainda, alterações no âmbito geográfico de ação do MEB, passando a atender, amplamente, as áreas subdesenvolvidas do país.

### 1.2 Objetivos do MEB

De acordo com seus documentos oficiais, onde é definido como entidade de finalidade social e educativa, o MEB, em síntese, propõe-se os seguintes Objetivos Gerais:

Cooperar na formação integral de adultos e adolescentes das áreas em desenvolvimento do país, fornecer elementos

para que o homem tome consciência de sua dignidade de criatura humana, feita à imagem e semelhança de Deus, desperte para seus próprios problemas, busque soluções comunitárias para uma mudança de situação, tenha critérios para julgar as mudanças que se processam, transformando-se em agente no processo de criação cultural.

O processo de ação julgado adequado pelo MEB é o da Educação de Base, isto é, uma educação que visa a formar o homem no que é, ao mesmo tempo, essencial e mínimo indispensável para sua realização como pessoa. Nesse sentido, todo trabalho educativo do MEB é desenvolvido em uma perspectiva de autopromoção do povo, formando e assessorando líderes, indispensáveis ao trabalho de Animação nas respectivas comunidades.

\*

**2. CONDICIONANTES DA PO-  
LÍTICA DE TRABALHO**

A fim de se chegar à determinação da política de trabalho no MEB, em 1965, fazem-se necessárias algumas considerações:

### 2.1 Disponibilidades Financeiras:

As verbas dos anos anteriores foram recebidas irregularmente, até abril ou maio do exercício seguinte:

A verba de 1964/65 foi liberada, regularmente, após assinatura do convênio com o MEC, em agosto de 1964, quando foi recebida a parcela de Cr\$ 93.840.000, seguindo-se parcelas mensais de Cr\$ 45.000.000, devendo a última ser paga em abril dêste ano.

As despesas mensais do MEB, neste período, tem atingido a média de Cr\$ 63.000.000 . O ritmo de trabalho tem sido mantido, graças à existência de um Fundo de Reserva, que se destina, exatamente, a cobrir atrasos no recebimento das verbas e insuficiência das mesmas, além de suprir algumas despesas não previstas e inadiáveis (acidentes, viagens extraordinárias etc.).

Se o MEB não contar com êsse fundo de reserva, ver-se-á, constantemente, ameaçado de paralisar suas atividades; por isto, é indispensável à própria sobrevivência do Movimen-

to, a recomposição do Fundo de Reserva, esgotado para complementar os orçamentos dos últimos meses de 1964 e dos primeiros meses de 1965. Tal recomposição deverá ser alcançada com a poupança de uma parcela da verba a ser recebida, se tudo correr normalmente (assinatura do convênio, liberação da verba etc.), a partir de maio de 1965.

Tendo por base as propostas apresentadas pelos Sistemas e as despesas do Nacional, que não se prendem apenas aos gastos com sua manutenção, mas também - e especialmente - às despesas com material permanente e de consumo para os Sistemas, encontros, viagens, publicações etc., a previsão orçamentária do MEB, para 1965, foi calculada em Cr\$..... 998.000.000.

O MEB deverá receber do MEC, correspondente ao período de maio de 1965 a maio de 1966 um total de Cr\$ 800.000.000 . Cr\$ 7.500.000 deverão ser recebidos do convênio com o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNRu) do Ministério da Saúde. Apesar das reduções já feitas no montante indispensável para o Fundo de Reserva e para as despesas do Nacional, persiste, ainda, um deficit de Cr\$ 188.000.000 . Será necessário, portanto, reformular as propostas apresentadas pelos Sistemas para o corrente exercício.

## 2.2 Área de atuação

Após 4 anos de atividades, o MEB está atingindo, atualmente, 15 Unidades da Federação: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, R.G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Mas a simples menção das áreas de atuação não pode oferecer uma visão precisa do trabalho. Para sermos mais expressivos, daremos, a seguir, a relação dos 54 Sistemas de Educação de Base em funcionamento.

Unidades da Federação	Número	Sistemas
Amazonas	3	Coari, Manaus, Tefé
Pará	3	Bragança, C. Araguaia, Santarém
Maranhão	2	São Luis, Viana
Piauí	1	Teresina
Ceará	4	Crato, Fortaleza, L. Norte, Sobral
R.G. Norte	3	Caicó, Mossoró, Natal
Paraíba	1	Cajazeiras (**)
Pernambuco	8	Afogados da Ingazeira, Caruaru, Garanhuns, Floresta, Nazaré da Mata, Pesqueira, Petrolina, Recife
Alagoas	1	Maceió
Sergipe	3	Aracaju, Estância, Propriá
Bahia	11	Amargosa, Barra, Caetitê, Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro(**), Rui Barbosa, Salvador, São Gonçalo, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista
Minas Gerais	10	Arassuaí, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Luz, Marliéria, Montes Claros, Monte Santo, Oliveira, Pará de Minas, Teófilo Otoni.
Goiás	1	Goiânia
M. Grosso	1	Cuiabá
Rondônia	2	Guajará-Mirim, Pôrto Velho
15 Unidades	54	Sistemas

Obs: (\*\*) Os Sistemas de Cajazeiras (Pb) e Juazeiro (Ba) são coordenados pela Equipe Estadual de Pernambuco.

### 2.3 Pessoal

O trabalho do MEB tem características próprias que pedem qualificações peculiares de seus funcionários. Em primeiro lugar, é um trabalho educativo que exige, por isso mesmo, uma aptidão específica. Sendo, além disso, um trabalho que implica na visão de educação como promoção integral do homem, pede, também, qualificações especiais para o diálogo constante com as comunidades. As técnicas de trabalho que vão, entre outras, desde o levantamento de área, o treinamento de animadores, a organização de reuniões com comunidades, o planejamento didático, até a emissão de aulas e a supervisão, exigem também um conjunto de especializações, algumas delas exclusivas do Movimento.

O MEB conta, atualmente, com cerca de 500 funcionários remunerados, número ainda insuficiente para atender a todas as solicitações do trabalho. Por outro lado, toda sua ação educativa é realizada com a participação dos monitores e de outros líderes, os quais desenvolvem um trabalho voluntário em suas comunidades. Estimamos em 6.000 o número destes líderes. Adicionando-se o número de funcionários remunerados, encontramos cerca de 6.500 pessoas dedicadas ao trabalho do MEB.

É necessário envidar todos os esforços para aperfeiçoar es

te pessoal, capacitando-o para realizar, cada vez melhor , suas tarefas, assim como é preciso aumentar a produtividade das equipes, através de sua reestruturação, isto é, melhor distribuição de funções e classificação de cargos .

#### 2.4 Equipamento

Os Sistemas precisam ser dotados de material indispensável a seu funcionamento interno, assim como de equipamento necessário para as viagens de supervisão e os contatos com as comunidades.

Nos anos anteriores, principalmente em 1963, além do fornecimento de receptores, lampiões, quadros-negros e de livros de leitura, (material destinado às escolas e aos alunos), o MEB conseguiu equipar o maior número de seus Sistemas, com veículos, máquinas de escrever e de somar, mimeógrafos, gravadores, projetores, amplificadores e, em alguns casos, também com máquina fotográfica, para colher documentos.

Não resta dúvida de que o emprêgo de uma parcela da verba neste material tem sido recompensado pelos resultados do trabalho. No entanto, devido à insuficiência de recursos , em 1965, os novos pedidos de material não poderão ser atendidos. A situação é particularmente grave em relação às

viaturas: muitas equipes não contam com meio de transporte e muitas viaturas precisariam ser substituídas imediatamente.

Uma solução provisória será a redistribuição do equipamento, no que fôr possível, visando seu melhor aproveitamento. Esta medida, no entanto, é precária e insuficiente .

\*

### 3. POLÍTICA DE TRABALHO

Tomando-se como base o melhor atendimento possível às áreas atingidas e levando-se em conta os condicionamentos financeiros a que o Movimento está sujeito, foi estabelecida uma Política de Trabalho que, aproveitando toda a experiência adquirida, alcance os objetivos propostos, com contenção de despesas.

Em resumo, a Política de Trabalho do MEB, para 1965, seguirá as seguintes linhas-mestras:

- . Concentrar esforços num aperfeiçoamento de métodos e do pessoal, caminhando para a maior produtividade possível, dentro das características de cada Sistema.
- . Procurar manter, com os mesmos recursos, o maior volume de trabalho até hoje atingido em cada Sistema.
- . Concentrar em áreas prioritárias seus esforços de aperfeiçoamento e aprofundamento de ação. Cada Sistema deverá rever seu plano de trabalho, com o cuidado de não restringir em demasia suas atividades, selecionar as áreas de atuação, de acordo com os critérios estabelecidos (ver item 4), e escolher, entre elas, aquelas nas quais é prioritário realizar o trabalho em 1965, mantendo-se um atendimento mínimo às outras áreas já atingidas.
- . Não criar novos Sistemas, nem reabrir aqueles que, por qualquer motivo, não estejam funcionando.

- . Redistribuir o material e o equipamento, a fim de obter seu melhor aproveitamento.
- . Orientar cada vez mais o trabalho para as comunidades, preparando-as para assumir, progressivamente, seu próprio desenvolvimento.

É importante ter um plano a longo prazo e observar suas etapas. Se as limitações financeiras não permitirem que se faça todo o desejável, num período relativamente curto, deve-se fazê-lo o melhor possível dentro dos condicionamentos e "ir crescendo", ir aprofundando, gradativamente .

Recomenda-se, ainda, que seja levada em consideração a possibilidade de firmar convênios em âmbito estadual, ou re-  
ver os já existentes.

\*

#### 4. ÁREA DE ATUAÇÃO

Nos anos anteriores, o MEB expandiu o trabalho, procurando atingir toda a área prevista para sua atuação. Ao mesmo tempo que se expandia, preocupava-se em desenvolver uma ação educativa eficiente e eficaz nas comunidades atingidas. Em 1965, buscando uma atuação cada vez mais consequente e pressionado, principalmente, pela insuficiência dos recursos financeiros, o MEB sente a necessidade de concentrar o trabalho em algumas áreas selecionadas, embora não possa deixar de atender a todas as comunidades já atingidas.

Teoricamente, a seleção das áreas de atuação deve decorrer da análise objetiva da realidade, sob o enfoque dos objetivos gerais do Movimento. Na sua escolha real, no entanto, feita em um determinado momento e para um determinado período, é necessário levarem-se em conta vários outros fatores, tais como os recursos disponíveis, as condições das equipes, etc. Considerando-se todos estes fatores, serão estabelecidos critérios para a referida seleção.

Na impossibilidade de se dispor, atualmente, de critérios científicos para a seleção das áreas de atuação, fez-se, tendo em vista determinar critérios práticos a serem levados em consideração este ano, o levantamento dos critérios já em utilização pelas equipes. São os seguintes:

- . densidade demográfica e concentração de núcleos populacionais;
- . fácil acesso;
- . monitores e outros líderes que possam assumir o trabalho;
- . ótima recepção do som da Emissora;
- . alto índice de analfabetismo;
- . possibilidade de desenvolvimento econômico;
- . maior grau de conscientização e inquietação do povo ;
- . trabalho de outras entidades;
- . homogeneidade entre as áreas;
- . áreas de maior crescimento populacional;
- . grupos organizados atuantes;
- . receptividade para o trabalho do MEB;
- . possibilidade de irradiação.

Com relação a êstes critérios, é preciso ainda:

- . hierarquizá-los e ponderá-los;
- . indicar fontes onde possam ser obtidos elementos que permitam aplicar êstes critérios;

assim como:

- . capacitar as equipes para êste tipo de trabalho e
- . aperfeiçoar as técnicas de estudo de área.

Os Sistemas estão aplicando, ou aplicarão, no trabalho do MEB, os critérios acima relacionados. Para um estudo de aprofundamento, ficou estabelecido que os coordenadores pre

sentas ao Encontro enviarão, até 30 de julho de 1965, à

Equipe Nacional:

- . as análises prévias já feitas;
- . um relato das experiências;
- . uma justificação dos critérios adotados.

Estes trabalhos serão estudados pela Equipe Nacional e avaliados, até 30 de novembro de 1965, de tal forma que estejam perfeitamente definidos os critérios para a elaboração do plano de 1966.

Concomitantemente, a Equipe Nacional preparará um estudo básico sobre o assunto.

\*

5. M E T A S

As metas são uma explicitação do que o MEB pretende atingir, em 1965.

## METAS QUALITATIVAS

### 5.1 Animação Popular

Manter o trabalho de Animação Popular através das escolas e dos outros núcleos existentes. Intensificar esse trabalho em áreas prioritárias, visando à formação de líderes e à educação do povo para que ele se estruture, a partir de seu próprio esforço. Educar o povo para as várias formas de associativismo e formar animadores populares.

### 5.2 Unidade do Movimento

Conseguir, cada vez mais, uma unidade nacional sólida e orgânica, através de uma eficiente coordenação nacional, evitando uma atomização do Movimento, que o levaria sempre a um enfraquecimento. A tarefa de concretizar esta unidade, não deverá ser papel exclusivo da Equipe Nacional, mas de todos os que trabalham no MEB.

Trabalhar para que a coordenação, cada vez mais, seja realizada colegiadamente.

### 5.3 Estruturação das Equipes

Aperfeiçoar a estruturação, a organização e o funcionamento

das equipes, em tôdas as escalas: nacional, estadual e local, definindo funções, revendo as relações de trabalho e a comunicação nas equipes e entre as equipes.

#### 5.4 Planejamento

Aperfeiçoar e sistematizar um processo de planejamento no MEB, em todos os níveis: local, estadual e nacional. Este processo será um instrumento para obter maior eficiência, do Movimento, desenvolvendo, em tôdas as equipes, o hábito de trabalho metódico e coordenado, dentro de um sistema geral de planejamento.

#### 5.5 Contrôle e Avaliação

Implantar um sistema de contrôle da execução e avaliação das atividades, de forma a comprovar, cada vez melhor, os resultados do trabalho. A Equipe Nacional apresentará um esquema básico padrão, contendo os dados necessários. Este esquema será utilizado, experimentalmente, no 1º semestre. Em agosto, será realizada uma reunião para rever o esquema proposto.

#### 5.6 Produção e Emissão

Aperfeiçoar a produção e a emissão de aulas, assim como de outros programas radioeducativos, com a fixação de objetivos, elaboração e aplicação de programa unificado e de textos de leitura e de alfabetização que permitam a globalização das aulas.

### 5.7 Pessoal

Manter o número de pessoas indispensável para a realização dos trabalhos. Não admitir novos elementos. Tentar tôdas as possibilidades de requisição, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Capacitar cada vez mais, o pessoal, utilizando os meios de que se dispõe e levando-se em conta as limitações financeiras existentes.

### 5.8 Áreas de Atuação

Manter somente as áreas de trabalho já atingidas, na impossibilidade de atender, em 1965, aos pedidos de instalação de novos Sistemas, como os de: Lábrea (Am); Soure (Pa); Amapá (Acre); Crateus e Iguatu (Ce); Oeiras e Parnaíba (Pi); Patos e Campina Grande (Pb); Palmeira dos Índios (Al); Jataí e Goiás (Go); assim como adiar a reabertura de Sistemas onde as atividades estão suspensas: Belém (Pa); Caxias (Ma); Palmares (Pe); Penedo (Al); Governador Valadares e Caratinga (Mg); Campo Grande (Mt).

Obedecer às prioridades para o atendimento técnico aos Sistemas, prioridades estas estabelecidas considerando-se a experiência, a organização, a existência de pessoal capacitado e o volume de trabalho.

Prioridade 1: R.G. do Norte, Ceará, Sergipe, Maranhão,

Pôrto Velho e Guajará-Mirim.

Prioridade 2: Tefé, Coari, Manaus, Santarém, Conceição do Araguaia, Maceió, Minas Gerais.

Prioridade 3: Teresina, Cuiabá.

Prioridade 4: Pernambuco, Bahia, Goiânia.

Aperfeiçoar os critérios para determinação das áreas de atuação (ver item 4).

#### METAS QUANTITATIVAS

Os quadros a seguir apresentam, em uma primeira aproximação, as metas quantitativas para 1965.

Foram transcritos os dados apresentados pelos coordenadores presentes ao II Encontro Nacional, tendo sido corrigidas algumas imprecisões. Esses elementos devem ser revistos pelas Equipes e alguns itens ainda precisam ser completados .

Quanto aos Sistemas ausentes ao II Encontro (Bragança, Caicó, Coari, Guajará-Mirim, Mossoró, Santarém, e Tefé) foram feitas estimativas, tendo por base a correspondência, os relatórios, etc. Os dados devem ser examinados e revistos pelas respectivas Equipes.

A revisão a ser feita pelas Equipes em suas metas quantitativas, para a elaboração definitiva de seus projetos específicos, deverá ser enviada ao MEB/Nacional até 31.05.65.

Q U A D R O 1

METAS QUANTITATIVAS - TOTAIS NACIONAIS

	Estaduais	Sistemas isolados	TOTAL
<b>NA EQUIPE NACIONAL</b>			
funcionários	-	-	40
estados e territórios atingidos	7	7	14
encontros	-	-	9
<b>NOS ESTADOS</b>			
funcionários	64	-	64
sistemas	42	12	54
treinamentos	3	-	3
encontros	32	-	32
visitas de supervisão	12	-	12
<b>NOS SISTEMAS</b>			
funcionários	333	109	442
visitas de supervisão	179	19	198
encontros	210	68	278
treinamentos	12	5	17
<b>DOS LÍDERES</b>			
monitores e outros líderes	4673	1079	5752
reuniões	608	39	647
treinamentos	149	33	182
encontros	235	66	301
<b>NAS COMUNIDADES</b>			
municípios	443	94	537
núcleos	4570	1063	5633
alunos e associados	69184	15265	84449
visitas de supervisão	8400	2410	10810
emissões	4758	2255	7013
"encontros"	-	20	20
círculos de debates	55	10	65
reuniões de comunidade	1650	375	2025

Q U A D R O 2

METAS QUANTITATIVAS - ESTADUAIS

	Pernam- buco	Bahia	Minas Gerais	Ceará	Mara- nhão	Sergi- pe	RG.do Norte	TOTAIS
<b>NOS ESTADOS</b>								
funcionários	20	17	15	10	-	-	2	64
sistemas	* 10	10	10	4	2	3	3	42
treinamentos	-	-	-	1	-	1	1	3
encontros	5	4	1	1	11	1	16	39
supervisão	1	1	2	2	2	2	2	12
<b>NOS SISTEMAS</b>								
funcionários	91	44	32	88	11	29	38	333
supervisão	35	20	20	30	60	8	6	179
encontros	60	3	12	28	87	20	-	210
treinamentos	6	-	1	3	1	1	-	12
<b>DOS LÍDERES</b>								
monitores e ou- tros líderes	1230	475	260	1010	120	570	1108	4673
reuniões	40	80	80	22	300	30	56	508
treinamentos	56	18	3	24	10	10	28	149
encontros	14	48	32	46	36	5	54	235
<b>NAS COMUNIDADES</b>								
municípios	72	88	70	68	5	62	78	443
núcleos	1230	425	260	1010	75	512	1058	4570
alunos e associados	11700	8300	6250	16000	-	11100	15834	69184
visitas superv.	1800	1700	780	1106	60	1050	1904	8400
emissões	1500	1000	384	976	-	364	534	4758
"encontros"	-	-	-	-	-	-	-	-
círc.debates	40	-	-	-	-	15	-	55
reun.comunidade	300	350	200	370	300	70	60	1650

(\*) Foram incluídos os Sistemas de Cajazeiras(Pb) e Juazeiro ( Ba ) que são coordenados pela Equipe Estadual de Pernambuco.

Q U A D R O 3

LETAS QUANTITATIVAS - SISTEMAS ISOLADOS

	PI	AL	GO	MT	AM			PA (*)		RO		TOTALS
	Tere- sina	Macioí	Goiâ- nia	Cuiabá	Manaus	Tefé	Coari	Conc. Arag.	Santa- rém	Guaj. Mirim	Pôrto Velho	
<b>NOS SISTEMAS</b>												
funcionários	13	12	12	11	6	10	6	8	9	5	7	109
visitas supervisão	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	2	19
encontros	6	-	36	-	1	5	-	20	-	-	-	68
treinamentos	-	2	1	-	-	-	-	2	-	-	-	5
<b>DOS LÍDERES</b>												
monitores e outros líderes	207	55	180	108	100	199	50	65	50	15	50	1079
reuniões	12	-	20	5	-	-	-	-	-	-	2	39
treinamentos	-	3	13	5	2	1	2	2	2	1	2	33
encontros	2	-	15	8	18	1	-	20	1	-	1	65
<b>NAS COMUNIDADES</b>												
municípios	20	21	27	7	3	6	1	6	1	1	1	94
núcleos	199	55	154	108	100	194	50	53	50	50	50	1063
alunos e associados	2600	525	2000	2160	1500	3880	500	600	500	500	500	15265
visitas supervisão *	400	-	600	200	300	270	100	240	100	100	100	2410
emissões	300	-	406	212	187	-	-	1030	-	120	-	2255
"encontros"	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	-	20
círcul.de debates	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	10
reun. comunidade	200	-	40	35	-	100	-	-	-	-	-	375

Obs:\* exceto Bragança. \*\* Foram computadas as visitas de supervisão aos líderes e às comunidades

**6. PREVISÃO FINANCEIRA**

O custo das atividades previstas neste Plano foi, inicialmente, estimado em Cr\$ 998.000.000.

O quadro seguinte ilustra a distribuição das verbas:

( em Cr\$ 1.000.000)

R E C E I T A		D E S P E S A S	
Convênio com o MEC	800.0	Sistemas.....	738
Convênio com o DNRu do Ministério da Saúde	7.5	Nacional.....	140
Deficit.....	<u>190.5</u>	Fundo de Reserva....	<u>120</u>
	998.0		998

Na impossibilidade de maior redução nas despesas do MEB/Nacional e no Fundo de Reserva, os orçamentos apresentados pelos Sistemas devem ser reduzidos, em média, de 19%, totalizando Cr\$ 600.000.000 e diminuindo, assim, o deficit para Cr\$ 52.500.000, conforme o quadro abaixo:

( em Cr\$ 1.000.000)

R E C E I T A		D E S P E S A S	
Convênio com o MEC	800.0	Sistemas.....	600
Convênios com o DNRu do Ministério da Saúde	7.5	Nacional.....	140
Deficit.....	<u>52.5</u>	Fundo de Reserva....	<u>120</u>
	860.0		860

Os orçamentos aos Sistemas serão revistos pelas respectivas Equipes e os resultados serão remetidos à Equipe Nacional, até 15 de abril, para composição final da previsão financeira do corrente ano.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE  
Rua São Clemente, 385 - RIO  
4/65 - 200